



**Solenidade de entrega da Revista de Direito ao Presidente do TJERJ.**

>>> Leia mais...



**Família, trabalho e música são temas da entrevista com a Sra. Carol Murta Ribeiro, Presidente da ABATERJ.**

>>> Leia mais...



**Des. Antônio Carlos Esteves Torres descreve as atribuições da Comissão Permanente de Avaliação Documental (COPAD).**

>>> Leia mais...



**Dra. Lúcia Miguel reflete sobre o papel dos juízes de Varas de Família.** Leia mais...



**A visão do Dr. Mauro Nicolau acerca do jovem em conflito com a lei; o Juiz Carlos Augusto Borges escreve artigo sobre a Emancipação Penal do Adolescente e o Dr. Wagner Cinelli tece comentários sobre vídeo-conferência.**

>>> Escolha a matéria pela foto.



**Sonhos, realizações e expectativas da Des. Letícia Sardas.**

>>> Leia mais...

**O Colégio Militar nas palavras do Des. Sylvio Capangema**

>>> Leia mais ...

**Desembargadores do TJERJ recebem a Medalha da Ordem do Mérito Militar**

>>> Leia mais...

**Comemoração do Dia do Bibliotecário**

>>> Leia mais...

**Veja também ...**

**Diretoria Geral de Controle Interno - DGCOI**

Conheça um pouco da DGCOI e a importância do controle interno na administração pública

**Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON**

A evolução do Banco do Conhecimento do PJERJ

Compilação temática dos verbetes sumulares do TJ, STJ e STF

Programa de História Oral e Visual do PJERJ – Entrevista com o Dr. João Luiz Duboc Pinaud

**Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional - DGDIN**

Auditorias Internas nas Unidades de Apoio

**Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais - DGJUR**

Perícias judiciais gratuitas

**Diretoria Geral de Logística - DGLOG**

Os ascensoristas do TJERJ

**Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças - DGPCF**

A importância do Plano de Ação Governamental para uma gestão eficiente

**Diretoria Geral de Gestão de Pessoas - DGPES**

Insuficiência cardíaca II

ESAJ trabalha em conjunto com outras unidades do TJERJ para capacitar estagiários de Direito

Novos cursos são oferecidos pela ESAJ

**Diretoria Geral de Tecnologia da Informação - DGTEC**

Dicas da DGTEC ao usuário de tecnologia da informação

**Associação Nacional dos Desembargadores - ANDES**

Artigo do Des. Carpena Amorim sobre Maioridade Penal

**Coluna Literatura em Foco**

>>> Leia mais...

## **PERFIL: DESEMBARGADORA LETÍCIA SARDAS**

A entrevistada deste bimestre é a mestra Letícia Sardas que antes de exercer a advocacia, a promotoria e a magistratura, já exercia sua facilidade de falar aos jovens.



Na fala desta professora, a palavra dignidade é recorrente. Talvez porque não queira perder a oportunidade de dar mais uma lição. Talvez porque seja justamente a palavra dignidade, a que melhor exprima a sua vida.

### **O que moveu Vossa Excelência a chegar a Desembargadora?**

Eu venho de uma família muito pobre, meu pai era barbeiro. Quando ele morreu eu tinha onze anos. Minha mãe lutou muito para formar as quatro filhas. Aprendi com ela a não "deixar para lá" um ideal de vida. Eu vou atrás dele.

É assim que minha mãe viveu e vive até hoje, lutando por seus objetivos com muita garra, muita teimosia e muita organização. Pois é preciso ser muito organizado para vencer os obstáculos.

Hoje, integro um grupo de magistrados, e brigo por ele. Isto não significa bater palmas o tempo todo mas, para que os ideais do grupo sejam alcançados, é necessário lealdade e companheirismo.

### **Então esta força vem de família?**

Herdei de minha mãe a obstinação e a teimosia.

Quando entrei para a magistratura, minha filha mais velha era adolescente. Sacrifiquei minha vida familiar, meus fins de semana, meus relacionamentos para alcançar meu ideal de vida.

Eu era divorciada nesta época, e tinha que pensar muito no que fazer. Foi necessário disciplinar os amigos e afastar as pessoas oportunistas. A magistratura tem que ser vivida todos os minutos da nossa vida.

### **Qual era a ocupação de Vossa Excelência antes de ingressar na magistratura?**

Eu me formei em direito em 1967, quando minha filha mais nova havia acabado de nascer. Entretanto, deixei em segundo plano minha vida profissional de advogada formada, porque meu marido, à época, era engenheiro responsável por grandes obras. Por nove anos eu o acompanhei, tendo de morar em diversos lugares.

Aos trinta anos e com duas filhas, eu me separei. Foi quando comecei a advogar. Três anos

depois passei para o concurso do Ministério Público onde atuei por cinco anos, até ingressar na magistratura.

Tomei posse no dia em que minha filha mais velha completou quinze anos.

### **Como foi a emoção de passar no concurso para a magistratura?**

Foi um momento muito especial, porque até então havia poucas magistradas e somente duas Desembargadoras, Des. Áurea Pimentel Pereira e Des. Maria Stella Villela Souto Lopes Rodrigues. Neste concurso, quatorze mulheres foram aprovadas, muitas mais novas do que eu.

E pensar que pouco tempo antes do meu ingresso na magistratura, a promoção da Des. Maria Estela a Desembargadora gerou um problema para o Tribunal de Justiça: não havia banheiro feminino para Desembargadores, e isto aconteceu em 1983.

### **Quando surgiu a vocação para o ensino?**

Como as mulheres da minha geração, iniciei no magistério cedo. Sempre gostei de dar aulas porque tenho muita facilidade em falar para os jovens.

Comecei a dar aulas na Escola de Magistratura do Rio de Janeiro quando a EMERJ ainda era um verdadeiro sonho, que o Desembargador Cláudio Lima soube transformar em realidade de uma maneira fantástica. Havia somente duas salas, cedidas pela UERJ. Aos poucos começamos a ocupar espaços aqui no Fórum. Onde tivesse um espaço vazio, a gente dava aula.

### **O que Vossa Excelência diz aos que desejam ser magistrados?**

Eu me dediquei a orientar os jovens sobre a magistratura. Sempre incentivei, especialmente as mulheres, sem deixar de alertar sobre as dificuldades e sobre a necessidade de se abrir mão de muitas coisas, inclusive da privacidade. A postura na vida pessoal e na vida pública são importantes, desde a vestimenta até as atitudes. Há que se pensar inúmeras vezes no que se vai fazer.

Quando nos tornamos magistrados não é mais possível nos distanciarmos desta condição. É como se deixássemos de ser um ser humano como os outros, pois passamos a ser um ser humano que julga outros seres humanos. Ao assumirmos o compromisso de prestar um serviço da maior relevância, assumimos também o ônus.

### **E o que foi dito a Vossa Excelência que a ajudou na carreira de magistrada?**

Eu me lembro que logo que iniciei na magistratura, estava em Maricá e recebi a visita de um querido amigo, o Des. Ellis Hermydio Figueira, que chegou na Comarca e me disse assim: "Letícia, as bandeiras não estão colocadas direito".

Eu achei interessante porque não sabia que tinha lado certo para colocar as bandeiras. Ele então me falou: "À sua direita, tem que estar a bandeira do Brasil e à sua esquerda, a bandeira do Estado do Rio de Janeiro". Eu pensei: "Por que isso?". E o Desembargador explicou: "Porque aqui não é lugar onde se busca um amigo ou a Letícia. Aqui as pessoas vêm buscar a autoridade, e elas querem austeridade nesta hora". Eu entendi que o momento em que a jurisdição é prestada é um

momento sagrado. As pessoas chegam até nós magistrados, com toda a sorte de conflitos e pensam assim: "Agora é a hora do meu direito". Isto é muito sério! É importante a forma como esta pessoa é recebida. O tratamento dispensado ao jurisdicionado e o ambiente em que ele é recebido tem que ser revestido de austeridade e respeito, porque o que vamos entregar ao jurisdicionado é a dignidade de que ele precisa.

### **Como Vossa Excelência analisa o papel do magistrado na atualidade?**

É muito interessante o momento que a magistratura no Brasil está vivendo, de resgate da dignidade humana.

Um Estado, se conhece, pelas leis que ele tem. Se olharmos o Código Civil do século passado percebemos que se dava mais valor ao ter, que ao ser.

No Código atual encontramos, pela primeira vez, os direitos da personalidade. Demonstração do compromisso deste novo século com os Direitos Humanos.

E é isto que estamos vivendo na magistratura atualmente: decisões humanitárias. É lindo ver o tipo de julgamento que estamos fazendo. Cada vez resgatamos mais a dignidade do Homem. Este mesmo Homem tão violentado pela falta de ensino, pela falta de educação, pela falta de saúde, pela falta do mínimo necessário à sobrevivência digna.

Senti tristeza ao ver, na televisão, mães retornando das escolas públicas, sem conseguir matricular os filhos. Elas sabem que a educação é direito deles, mas não sabem a quem recorrer, em que porta bater.

A porta é o Judiciário. Temos que mostrar o caminho, que há ação para obrigar o Governo a atuar e fazer o que tem que ser feito.

### **Vossa Excelência pode nos contar um fato?**

Ainda ontem recebi uma jovem juíza do interior que veio pedir o meu apoio à iniciativa de se criar um lugar onde as crianças pudessem aguardar enquanto os pais estão discutindo em audiência. A preocupação da juíza vai além dos julgamentos e das estatísticas. É preocupação com o ser humano. Mas ela não é a única. Os juízes estão assoberbados de trabalho mas também estão preocupados em dar as melhores condições possíveis aos jurisdicionados, como neste caso, evitando que as crianças participem das brigas. E é tão simples, basta uma mesinha, papel e lápis de cera.

É isso que eu acho lindo na magistratura atual. Talvez ela tenha sido tocada pelo grande número de mulheres magistradas que estão sensíveis ao aspecto social.

Hoje temos um Judiciário decidindo questões com os olhos da dignidade humana. É um momento muito bonito, um momento ímpar. Sempre terei orgulho de dizer que pude viver esta revolução no Estado do Rio de Janeiro.

### **E qual será o resultado desta revolução?**

O resultado já se começa a ver com as atitudes pró-ativas do Judiciário. Acabou aquela história do "Juiz Boca da Lei".

As atitudes pró-ativas da magistratura vão continuar influenciando e mudando a mentalidade dos cidadãos, ajudando a desenvolver a consciência dos seus direitos e o entendimento de saber aonde ir para exigí-los.

O sentimento de cidadania ainda falta ao nosso povo, habituado ao assistencialismo. As medidas governamentais deveriam ser protetivas da comunidade em vez de individuais.

Mas o compromisso social da magistratura de "falar fora dos autos", de ir além do que está dentro do processo, vai gerar cidadania. É este o nosso futuro: servir de referência de cidadania.

[Retorna à página inicial](#)

### **SOLENIDADE DE ENTREGA DA REVISTA DE DIREITO AO PRESIDENTE DO TJERJ**

O Desembargador Presidente José Carlos Murta Ribeiro recebeu dos desembargadores Semy Glanz, Diretor da Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e José Lisboa Gama Malcher, Vice-Diretor, o volume número n. 70 da Revista, publicada no mês de março do corrente ano. Na oportunidade, o Presidente também foi presenteado com o primeiro volume da Revista, do ano de 1985.

A solenidade aconteceu no dia 19 de abril, no gabinete da Presidência e contou com a presença do Des. Carlos Brazil, Marcelo Filgueiras Lima, Diretor Geral da Gestão do Conhecimento, Bela Benjó, chefe de serviço da Revista de Direito e o Sr. José Luiz Tuffani, representante da Editora Espaço Jurídico, responsável pelas publicações.

A Revista tem periodicidade trimestral e traz coletânea de textos doutrinários, jurisprudências do STJ e STF, assim como súmulas da jurisprudência predominante do TJERJ. Desde o ano de 2001 vem acompanhada de CD-Rom contendo toda a matéria jurisprudencial e doutrinária acumuladas desde o volume nº. 47 e as legislações sancionadas pelo Poder Executivo Estadual de 2001 a 2006.



**O Presidente recebe do Des. Semy Glanz e do Sr. Tuffani exemplar da Revista de Direito do TJERJ.**

[Retorna à página inicial](#)

*ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DA ABATERJ  
CAROL MURTA RIBEIRO*

A Presidente da Associação Beneficente dos Amigos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - ABATERJ no biênio 2007/2008 é Carol Murta Ribeiro.

Ao Informativo Interação a nova Presidente esclarece que pretende dar continuidade



aos trabalhos assistenciais desenvolvidos pelas gestões anteriores e acompanhar seu marido nos compromissos que o cargo de Presidente do TJERJ exige, mas sem abdicar de seus estudos, tão necessários à carreira de musicista.

A frase de Carlos Drummond de Andrade "Tenho duas mãos e o sentimento do mundo" resume o presente momento da vida da entrevistada, em que as mãos de pianista terão de ser compartilhadas com suas novas atividades.

**Como está sendo exercer a Presidência da ABATERJ?**

Já conhecia este trabalho e participava das campanhas desde quando o meu marido era juiz no Alçada Criminal com a ABATACRIM. Entretanto, me surpreendi quando aqui cheguei e pude verificar o quanto a ABATERJ cresceu. Hoje é como uma grande empresa, com quase 6 mil associados.

Como a minha formação é artística, e não administrativa, a princípio fiquei um pouco assustada. Mas agora, de mãos dadas com minhas parceiras, esposas de Desembargadores e com a Diretoria, escolhida pelos associados, estou confiante que realizaremos um bom trabalho.

**Quais são os projetos da ABATERJ?**

O maior projeto da ABATERJ é a distribuição mensal de cestas básicas aos terceirizados que trabalham no Tribunal tanto na capital quanto no interior e que ganham até R\$600,00.

Realizamos também as campanhas solidárias que contam com a participação dos serventuários, Juízes e Desembargadores, em que são arrecadadas doações para creches e asilos cadastrados em nosso banco de dados. Iniciamos em fevereiro de 2007 a campanha do kit escolar, em maio e junho será a vez da campanha do cobertor, em outubro a campanha do leite em pó e em dezembro a campanha do brinquedo.

Paralelamente, temos uma agenda de programação cultural voltada para o associado, como os festivais de Novos Talentos e da Canção e o Encontro de Corais. Por vezes, realizamos atividades de esporte e lazer. Todos os anos procuramos realizar eventos abertos a todos, com o intuito de promover a união entre os associados.

### **Conte um pouco sobre sua carreira de musicista.**

Cumpri toda a trajetória do estudo musical acadêmico. Comecei aos oito anos de idade cursando piano na Escola de Música da Bahia e prossegui até o Mestrado em Piano na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Só não fiz o Doutorado em Piano porque não havia no Brasil. Se quisesse cursá-lo teria que passar quatro anos nos Estados Unidos, longe da minha família.

Então, quando terminei o mestrado, tinha duas opções, ou continuava a carreira acadêmica, ou partia para a carreira pianística, e esta foi a minha escolha. Assim, tenho liberdade para viajar. Sou eu mesma quem organizo a minha agenda, gerencio a minha carreira e faço os contatos necessários no Brasil e no exterior.

---

*“Assim como o esporte trabalha o corpo, a música trabalha o espírito.”*

---

### **E o seu programa de rádio?**

Há onze anos, aceitei o convite do Cardeal Dom Eugênio Salles para organizar a programação de música clássica da Rádio Catedral FM 106.7, que pertence a Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Tenho um programa que vai ao ar todos os domingos, de 21h às 22h que se chama “Encontro com os Clássicos”, nome escolhido por mim, e onde faço a produção e a apresentação. Neste ano de 2007 o programa completou dez anos no ar sem interrupção.

Lendo as cartas dos ouvintes do programa, pude perceber que o público é sedento de informações e que estaria sendo egoísta se não dividisse com os outros um pouco do tanto que estudei e aprendi durante anos a fio. Por isso a cada domingo seleciono obras musicais falando dos seus grandes compositores ou seus grandes intérpretes. Assim tive a idéia de fazer um banco de dados contendo a história das obras, dos compositores e dos intérpretes de cada período musical. Afinal, gostamos mais daquilo que conhecemos melhor.

Faço também palestras sobre a música clássica para grupos e sempre nos meus recitais falo um pouco daquilo que vou tocar. É importante revelar quem é o compositor, qual o período da história que ele está inserido, quem são seus contemporâneos e o que significou para o compositor o momento em que escreveu aquela obra musical. Isto cria maior interesse na platéia.

### **Que benefícios a música pode trazer para a vida das pessoas?**

Assim como o esporte trabalha o corpo, a música trabalha o espírito. Vários projetos sociais utilizam as atividades artísticas para tirar as crianças das ruas. Posso citar alguns que conheço: a escola de Música da Rocinha que assisti numa apresentação no Rotary Club , a orquestra Sinfônica com crianças de uma favela da periferia de São Paulo que se apresentou no final de 2006 no Teatro Municipal do Rio com o pianista Arnaldo Cohen, foi emocionante! Em Volta Redonda, a prefeitura realiza um trabalho primoroso com crianças da rede pública mantendo uma banda sinfônica e que todos os anos se apresentam aqui no Rio com muito sucesso.

A música , como o esporte, pode ser uma importante aliada na educação.

### **Música e esporte guardam semelhanças...**

São muito parecidos. O trabalho de um instrumentista , como de um esportista, é realizado no momento em que se apresentam. Um atleta pode ter treinado anos, mas se vier a sofrer uma contusão no dia da competição, acabou. O mesmo ocorre comigo. Se no dia da apresentação eu furar o dedo ou me sentir mal, não posso subir ao palco. É diferente de um pintor que trabalha com calma, em seu atelier, podendo apagar os erros, pois só vai expor a sua obra quando estiver pronta.

A preparação também é semelhante, sou como um nadador que precisa nadar todos os dias. Para estar apta a me apresentar em público, também tenho que estudar durante horas, todos os dias.

O esportista e o músico dependem do momento, o que dá uma adrenalina muito grande.

### **E o que mudou em sua carreira após seu marido tornar-se Chefe do Poder Judiciário?**

Minha rotina diária mudou muito desde que ele tomou posse. Agora tenho que conciliar as agendas da musicista com a da esposa do Presidente.

Neste biênio os recitais serão em menor número para que eu possa acompanhar meu marido, que sempre apoiou minha carreira. Nossa relação é de muito companheirismo e nenhuma rivalidade. Um é fã do outro. Nos meus concertos, ele está sempre na primeira fila para me aplaudir e agora estou muito feliz vendo-o exercer o mesmo cargo que seu pai exerceu no passado.

Desde o momento em que ele decidiu concorrer à Presidência, passei a ajudá-lo e estar sempre ao seu lado no que fosse preciso.

### **Como é a vida em família?**

Tanto eu quanto meu marido, somos muito apegados à família. Temos dois filhos maravilhosos, o José Neto e o Leonardo, ambos são advogados e nasceram no mesmo dia, 05 de março em anos diferentes.

Leonardo, o mais novo, é casado com Paula, nos deu duas lindas netinhas, Giulia e Giovanna.

Eu sou baiana e nasci numa família grande. Em Salvador, basta reunir os cinco irmãos, quatorze netos e cinco bisnetos que, com os cônjuges, somamos trinta pessoas e já dá para fazer uma festa. Nos chamam de "Família Alegria".

Aqui no Rio somos quinze pessoas e, tal como na Bahia, nos reunimos toda semana para um almoço. Adoramos estar em família, mas quando se trata de viagens, eu e meu marido preferimos viajar sozinhos. Mesmo quando vou a trabalho para os recitais, reservamos um tempo para passear.

### **Isto demonstra que têm um casamento feliz.**

O casamento é uma convivência a dois. E o amor entre os dois, assim como uma flor, tem que ser regado todos os dias. A união, o companheirismo e o respeito mútuo são os pilares deste amor. Porque sem amor a convivência fica difícil.

### **Como se conheceram?**

Nossas famílias já se conheciam. Eu até chamava os meus sogros de tios, porque nossos bisavós eram primos.

Quando cheguei no Rio de Janeiro para estudar piano (com o grande professor Arnaldo Estrela), fui visitá-los. Aprofundamos nosso relacionamento e nos apaixonamos.

### **Qual a importância da religião em sua vida?**

Com fé em Deus e o suporte da família, atravessamos qualquer tempestade. Com fé, tudo é mais fácil.

Na minha família todos são católicos. Meus pais são palestrantes de cursos de noivos e encontro de casais na sua Paróquia. A família de meu marido também é católica, tivemos uma educação bem semelhante.

Meus pais fizeram sessenta anos de casados em outubro de 2006 e nós, completamos trinta sete anos em janeiro de 2007, com as bênçãos de Deus!

Ao acordar, tenho o hábito de dizer: "Maria, passa na frente".

Creio que pedindo a intercessão de Maria Santíssima, saberei sempre o que devo fazer, qual a melhor decisão a tomar e qual o melhor caminho a seguir.

## **VÍDEO-CONFERÊNCIA ENTREVISTA COM O JUIZ WAGNER CINELLI**

O Dr. **Wagner Cinelli de Paula Freitas** é juiz titular da 1ª. Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca do Rio de Janeiro. Graduado também em Ciências Sociais, possui mestrado em Criminal Justice Policy pela London School of Economics and Political Science e é autor da obra vencedora do concurso de monografias de 2002 do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, cujo título é Espaço Urbano e Criminalidade.

**Quais são os argumentos mais freqüentes em prol e contra a adoção da vídeo-conferência?**

A utilização da vídeo-conferência nos processos judiciais, substituindo a presença física do preso em Juízo, seja para ser interrogado, para assistir aos depoimentos das testemunhas ou mesmo para ser testemunha em outro processo que não aquele em que é réu, acarreta em economia de tempo, economia de dinheiro e oferece maior segurança. Essa economia e maior segurança ocorrem pela dispensa do transporte do preso e do respectivo e necessário aparato policial. Os principais argumentos contrários à adoção da vídeo-conferência são: o contato do juiz com aqueles que são interrogados ou que prestam testemunho pelo meio eletrônico pode influenciar a habilidade do julgador de perceber os fatos em apuração; a desumanização do sistema, o prejuízo à solenidade do ato e a questão sobre onde deve ficar o advogado do réu.

**A questão do lugar onde o advogado**

**deve permanecer em vídeo-conferência envolvendo réu preso, é das mais controversas. O que pensa ser o mais adequado?**

A problemática aqui é se o advogado deve estar na sala de audiências com o juiz ou junto com o réu na unidade prisional de onde é feita a transmissão. A solução ideal, sem dúvida, é que esse réu tivesse dois advogados, um em cada uma das localidades. Entretanto, não creio que as Defensorias Públicas disponham de efetivo



suficiente a prover dois defensores para cada assistido que estiver preso. No caso dos presos que utilizam os serviços de advogado, seguramente haveria um encarecimento no custo dos honorários advocatícios. Como solução a esse impasse, tenho que o advogado ou defensor deveria estar na sala de audiências, que é onde tudo está a ocorrer, garantindo-se ao preso e ao seu advogado ou defensor a comunicação a qualquer tempo, por celular ou rádio, bem como se garantindo a privacidade desses contatos, nem que a audiência tenha que sofrer interrupções.

## **Além de viabilizar o contato do juiz com o preso, à distância, em que outra situação pode ser adotada a vídeo-conferência?**

Quando pensamos no uso da vídeo-conferência pela Justiça Criminal, imaginamos logo sua função quanto ao interrogatório do preso. Entretanto, essa nova tecnologia não deve ser limitada à utilização judicial. Na Austrália, por exemplo, a vídeo-conferência passou a ser empregada no contato de agentes penitenciários e assistentes sociais com a família de presos, visando à solução de problemas. No estado australiano de Queensland, os familiares do preso podem com ele entrar em contato por meio da vídeo-conferência, forma essa que reforça vínculos que são necessários, especialmente para o momento em que o interno deixar o sistema prisional, e que é bem mais barata do que a visita pessoal. Levantou-se lá que uma visita da família ao preso, de carro, custava em média AU\$ 400,00 (aproximadamente R\$ 800,00), enquanto meia hora de vídeo conferência, de qualquer ponto em Queensland, custava AU\$ 15,00 (aproximadamente R\$ 30,00). Não estou dizendo que a vídeo-conferência substitui a visita, mas que ela é mais uma forma de contato. Aliás, falando de comunicação, o preso naquele país tem acesso franqueado aos telefones distribuídos na área do presídio e podem ligar para parentes e amigos que estejam previamente cadastrados. Ele adquire os créditos e há um limite de duração de cada chamada, sendo que a conversa é gravada. Os presos que utilizarem algum código, correm o risco disso ser percebido. O resultado é que

nunca houve caso de celular ser encontrado em presídio, ao que destaco que o porte do celular é proibido a todos, incluindo os agentes, que não podem levar esse aparelho para dentro do presídio nem mesmo que seja para ficar guardado em seu armário.

## **Estudioso que é da realidade prisional de outros países, como a Inglaterra e a Austrália, o que acredita que podemos extrair das experiências internacionais com vídeo-conferência?**

Confesso que não sou fã do interrogatório do preso por meio da vídeo-conferência, apesar da grande melhora na qualidade da imagem e do som nessas transmissões. Acho que o ideal é que o interrogatório seja pessoal, dando-se oportunidade ao preso de se sentir mais à vontade para falar com o juiz, reclamar de algo e, se for o caso, pedir alguma providência, como, por exemplo, exame médico ou internação. Registro, no entanto, que juízes de outros países e que eram contra, acabaram aceitando esta nova realidade, como se vê do seguinte depoimento: "Eu preferia cara a cara, mas a vídeo-conferência evita que eu tenha que dirigir por uma hora todo o mês para a prisão em Tyler, Texas. Economiza também tempo no transporte de presos e elimina preocupações com segurança." (Juíza Judith Guthrie, do Eastern District do Texas, EUA, distrito que conta com mais de 50 prisões).

## **O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro já experimentou a vídeo-conferência em projeto piloto. O que podemos aguardar para um futuro breve?**

Fazer futurismo é sempre complicado. Entretanto, o meu palpite é que o Judiciário dos estados mais ricos, como o Rio de Janeiro, sairão na frente e vão se aparelhar, inicialmente em uma escala menor e depois com a universalização da vídeo-conferência. Os estados mais pobres devem demorar a adotar essa forma de comunicação. A questão

que o legislador que está a criar a lei que permite a vídeo-conferência (Projeto de Lei 7.227/06, já aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados) não enfrentou é de onde virão os recursos para se atender essa nova diretriz do Estado brasileiro. Cria-se despesa sem a necessária dotação orçamentária. Mas isso não é novidade.

[Retorna à página inicial](#)

## DESEMBARGADORES DO TJERJ RECEBEM A MEDALHA DA ORDEM DO MÉRITO MILITAR

O dia 19 de abril, último, em que se comemorou o 359º aniversário do Exército Brasileiro foi marcado com a entrega da medalha da Ordem do Mérito Militar.



Os Desembargadores **Sylvio Capanema de Souza** e **Gilmar Augusto Teixeira** foram agraciados, deixando orgulhosos a todos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[Retorna à página inicial](#)

A comenda tem por finalidade premiar os militares do exército que tenham se destacado no cumprimento do dever ou se distinguido no exercício de sua profissão, os militares da Marinha e da Aeronáutica, os membros das forças auxiliares e os civis e estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços ao Exército Brasileiro e que se tornaram credores de homenagens por parte da Força Terrestre.



## **O DESEMBARGADOR SYLVIO CAPANEMA RECORDA O TEMPO EM QUE FOI ALUNO DO COLÉGIO MILITAR**

Quem chega ao gabinete do 1º Vice-Presidente do TJRJ tem a exata dimensão do apreço do Desembargador **Sylvio Capanema de Souza** pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro-CMRJ, onde estudou sete anos, até se formar no segundo grau.



**O Des. Sylvio Capanema participa de solenidade, no Colégio Militar, em comemoração ao Dia do Aluno.**

Ao lado da bandeira do seu clube do coração, o Flamengo, está a estatueta do aluno do Colégio Militar com sua farda de gala. O Desembargador conta que são os dois símbolos que o inspiram e dos quais não abre mão em sua mesa de trabalho.

O ilustre ex-aluno ainda canta o “Zum Zaravalho”, o grito de guerra do CMRJ, em suas solenidades, e explica aos que lhe perguntam o significado das palavras que não se destinam elas ao entendimento, e sim ao sentimento. Os ex-alunos “sentem” exatamente o que elas representam, em

termos de amor e orgulho pelo Colégio.

Sobre a instituição, é com muita emoção que o Desembargador nos conta:

O Colégio Militar foi fundado há 113 anos. Na época, se destinava exclusivamente aos filhos de militares que tinham ido à guerra do Paraguai. Como meu bisavô foi farmacêutico do Exército e enviado à guerra, meu avô foi matriculado na 3ª turma do CMRJ e foi, inclusive o 1º mestre da banda. Eu guardo até hoje, uma flauta alemã de 1901, ofertada a ele, que vou entregar para o Museu da História do Colégio Militar.

Eu tenho, rigorosamente, o mesmo nome do meu avô, Sylvio Capanema de Souza. Quando era ele aluno, o seu número era 76. Como no Colégio éramos mais conhecidos pelo número que pelo nome, quando eu passei no exame de admissão, meu avô procurou o Comandante da época, Cel. Jair Dantas Ribeiro, e explicou que tinha um neto com o mesmo nome que estava entrando para o colégio. Ele então perguntou se o número 76 estava vago. Por sorte estava, e passou a ser também o meu número.

Há cerca de 5 anos atrás, o Comando resolveu homenagear seus ex-alunos, e que integravam o Poder Judiciário, e uma funcionária da Secretaria entrou em contacto comigo para saber qual era o meu número e ano de ingresso no Colégio, já que cópia de todo o meu histórico escolar, com as notas, elogios e punições me seria entregue, como também aos demais homenageados.

Pouco depois, retornou a ligação, revelando sua estranheza, informando ter encontrado uma ficha, com o mesmo nome e nº, mas de 1899, sendo tranquilizada por mim que lhe informei ser a do meu avô.

Como prova eloqüente do que é a organização militar, no dia da homenagem tive a emoção de receber ambos os históricos, até hoje guardados entre meus documentos mais preciosos.

A contribuição do CMRJ para a formação e composição do Judiciário Fluminense é expressiva. A bancada do Judiciário oriunda do CMRJ conta com os nomes do Des. Barbosa Moreira que foi coronel-aluno, o que significa dizer que foi o primeiro lugar do Colégio Militar, Des. Manes, Des. Fabião, Des. Gustavo Leite, o saudoso Des. Flavio Nunes Magalhães e Des. Glioche, entre outros juízes de 1º grau.

Um episódio interessante foi que no dia da minha posse como Desembargador eu convidei vários ex-alunos, colegas meus do tempo de Colégio, e vieram mais de vinte, entre eles o Galaor, que é perito daqui do Tribunal de Justiça. No meio da solenidade de posse, no Salão Nobre, com toda a austeridade, estava formada a fila para os cumprimentos protocolares quando de repente o Galaor puxou o grito de guerra do CMRJ: "O Capanema é tudo ou nada? Então como é que é? Zum Zarvalho...." Foi uma gritaria geral, os demais ficaram perplexos, até a segurança se assustou e fez menção de vir me proteger, eu apenas fiz sinal de que estava tudo bem.

Com freqüência, vou às cerimônias do CMRJ para recarregar as minhas baterias de civismo e dignidade, que são o alicerce de um magistrado. Tenho uma gratidão enorme pelo sistema de disciplina e método do CMRJ. Só sou o que sou hoje, graças à influência ética e cultural que dele recebi.

Todos os anos, no dia 06 de maio, compareço à festa onde os ex-alunos desfilam junto aos alunos atuais, ocasião em que revigoramos os nossos compromissos afetivos e éticos com o Colégio Militar.

No dia 09 de março último, comemorou-se o "dia do aluno" e o comando teve a gentileza de me convidar. Fiquei muito emocionado pois a tropa desfilou em continência ao General-Comandante, do Sistema de Colégios Militares ao Coronel-Comandante do Colégio e a mim. Naquele momento eu me transportei para cinqüenta e dois anos atrás, quando era eu um menino que desfilava em continência aos oficiais-comandantes. Não podia imaginar que seria homenageado, daquela forma, no futuro.

O CMRJ incute, em seus alunos, um sentimento de disciplina, característica das forças armadas. Não me refiro àquela disciplina no sentido estrito, de obediência à hierarquia. Falo de disciplina na vida, no cumprimento dos compromissos. É graças a esta disciplina que, mesmo com tantas atividades, nunca ultrapassei um prazo de julgamento.

Os princípios morais que inspiram a minha vida estão alicerçados nos ensinamentos do CMRJ, no sentido de hierarquia e acendrado amor à Pátria que deixaram em mim marcas profundas.

Por isto, e para concluir, sempre digo que por baixo da toga que hoje envergo, a minha alma continua vestida de garance.

## ENTREVISTA COM O DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS ESTEVES TORRES

O Desembargador **Antônio Carlos Esteves Torres** é magistrado há cerca de 20 anos, professor universitário e da EMERJ, autor de diversos artigos publicados no Brasil e no exterior, além de Membro Efetivo da Comissão Permanente de Avaliação Documental (COPAD).

Em entrevista o Desembargador informa sobre a importância e a contribuição da COPAD para a efetividade da prestação jurisdicional.

**Como membro da Comissão Permanente de Avaliação Documental (COPAD), Vossa Excelência poderia informar aos leitores, como funciona a Comissão e qual sua importância para a gestão de documentos do PJERJ?**

As finalidades da COPAD têm caráter de atividade meio no âmbito de gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. É da própria natureza do Poder Judiciário concretizar sua missão através de processos documentais, papel, em última análise. Os algoritmos quantitativos do estoque que arregimentado pelos órgãos arquivísticos são medidos em dezenas de toneladas, o que pode ajudar a compreensão do grau de dificuldade que envolve esta parcela inevitável de qualquer administração.

O planejamento das medidas atinentes ao trâmite dos processos que atingem ao ponto de arquivamento e de eliminação conta com uma equipe especializada, que tem

conhecimentos técnicos específicos sobre arquivologia, que envolve prazos de guarda e destinação final dos documentos, além de noções da processualística em geral, para possibilitar o desempenho de sua missão.

A COPAD desempenha suas funções, que tem por fonte designativa de competência a Lei n 8.159, de 08 de janeiro de 1991,



concomitantemente com o desenvolvimento das atividades judiciais, atividades-fim, o que não lhe permite estabelecer períodos regulares de reunião, chegando-se à conclusão de que o método que melhor atende aos propósitos dessa dinâmica seria o de estado permanente de assembléia extraordinária, sem descurar da obrigatoriedade quadrimestral, na forma regulamentar, bastando a convocação telefônica de seus membros, que, magistrados, não estão dispensados de seu mister. Para a consecução deste objetivo, a COPAD delibera e decide com o mínimo de formalidade, registrando as sugestões aprovadas e as medidas implementadas em atas.

Para a maior eficiência desta metodologia, é convocada, através da mesma sistemática informal, sempre que necessário qualquer dos técnicos componentes do setor cuja matéria a discussão envolver.

**Quais são as propostas sugeridas pela COPAD para minimizar o impacto da produção documental da Instituição e o acúmulo de processos recolhidos à rede de arquivos do PJERJ?**

São muitas as colaborações introduzidas na órbita de gestão administrativa, com resultados evidentemente positivos para o auxílio ao bom andamento dos trabalhos. Entre outras, cumpre destacar: Resolução do Órgão Especial, nº 22/06, que disciplina o encaminhamento dos processos judiciais para arquivamento definitivo. Este ato normativo só veio a lume após estratégia de tratamento de um imenso acervo de quase cinco milhões de documentos, cujo armazenamento se encontrava em estado chamado de arquivo provisório, afastado da técnica científica de organização e método, o que demandou longo estudo das condições precárias de guarda e resgate de processos; Atos Normativos Conjuntos nº 1/05 e 3/05, instituidores de colaboração dos jurisdicionados, que, mediante aviso destacado sobre o destino de documentos que instruem os processos dos Juizados Especiais, assentem em que estes sejam eliminados no prazo de 180 dias, após o efetivo término do processo; Eliminação de etapas e atos processuais inúteis, mantidos para atendimento de burocracia ultrapassada e sem qualquer sentido para os efeitos de manutenção dos critérios de eficiência exigidos pela moderna técnica de gestão. Havia em arquivo milhares de

livros comerciais arrecadados em procedimentos falimentares que datavam de mais de oito décadas, sem que qualquer interessado a eles se referisse, ocupando espaço precioso para as necessidades hodiernas. Mediante edital, para a segurança extraordinária, Sua Excelência o Senhor Chefe do Poder, fez ver que o interesse público precisava dos locais ocupados por um cabedal de antigos e imprestáveis cadernos, utilizando-se do princípio da utilidade, advertindo-se sobre a inevitável eliminação da velharia. Nenhum desses procedimentos deixou de observar o interesse histórico despertado por qualquer documento, o que também contou com a análise científica de integrantes do Museu da Justiça.

**A utilização correta do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos pelas unidades organizacionais é considerada eficaz para conter o aumento da produção documental, sem que haja a necessidade da construção de novos arquivos?**

Sem dúvida. O Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade são instrumentos arquivísticos que, ao estipularem prazos de guarda e a destinação final, seja para a manutenção permanente ou eliminação, permitem o controle e gestão documental do Poder Judiciário, evitando a guarda de documentos inúteis e preservando espaço para os que dele efetivamente necessitem. Para se ter uma pálida idéia da importância dos resultados planejados neste segmento, basta revelar que, após estudo circunstanciado sobre a projeção das necessidades de espaço para a guarda de documentos permanentes inevitáveis, concluiu-se que, num período de

menos de quinze anos, haveria necessidade de alojar cerca de um milhão de documentos por ano, numa progressão que se teme seja geométrica.

**De que maneira os funcionários dos cartórios podem colaborar na gestão de documentos e quais as alternativas tecnológicas que podem auxiliar na gerência do acervo arquivístico do PJERJ?**

O trabalho da COPAD se estende à preparação dos servidores de um modo geral, para a adaptação aos novos rumos administrativos. O Tribunal de Justiça tem aceitado sugestões nossas para a realização de cursos freqüentes sobre a metodologia arquivística. A colaboração tem sido positiva e os resultados animadores. Muitas das idéias implementadas são frutos de mecânicas informáticas, o que permite que os funcionários se atualizem com rapidez e sem cessar suas atividades. Neste particular, o importante é prover os contingentes ativos de noções precisas sobre a utilidade das metas e da imprescindível conscientização da filosofia menos trabalho/mais resultado. Na estrutura pedagógica da ESAJ está incluído um curso de nossa criação para a gestão de registros e arquivos correntes, com o objetivo final de capacitar os funcionários a participar efetivamente do trato com os arquivos correntes, em cada unidade, evitando que se encaminhem documentos ainda não destinados a arquivo definitivo, possibilitando, ainda a eliminação na própria unidade, quando as

condições para esta etapa se preencherem.

Encontra-se em estudo, sob a égide de urgência, as tratativas para digitalização do acervo do PJERJ, com evidente economia de espaço. Durante as discussões sobre esta metodologia, surgiu a idéia de se providenciar estudo sobre a possibilidade de escaneamento, com preservação da fidelidade reprodutiva e poupança de tempo. Com o advento a Lei Federal 11.419/2006 ficamos mais próximos de realizar esses procedimentos.

**A atividade-fim do Judiciário é a prestação jurisdicional. Como a gestão de documentos realizada no PJERJ pode contribuir para o resultado final pretendido?**

A prestação jurisdicional, hoje, está submetida a rígidos princípios de efetividade. Neste vocábulo, pode-se incluir presteza e velocidade de atendimento. Na medida em que os processos atingem ao seu final com a extinção definitiva, outros podem - e, sem dúvida, elevados à decisão do juiz. Em antiga linguagem metodológica, a sistemática FIFO (First In First Out) explica de forma científica o meio através do qual a atividade-fim do Poder Judiciário se beneficia com o trabalho da Comissão. O leigo neste particular administrativo não tem idéia de como a presença física de um processo em Cartório impede o livre curso de outros. A liberação de espaços nos ambiente favorece a eficiência do mister de julgar.

## **A EMANCIPAÇÃO PENAL DO ADOLESCENTE UMA PROPOSTA DE REFORMA LEGISLATIVA**

O Dr. **Carlos Augusto Borges** foi promotor de justiça por cerca de três anos e desde 1996 é magistrado. Atualmente é juiz titular da Vara de Execuções Penais (VEP), juiz auxiliar da Presidência, além de Presidente do Conselho da Comunidade do Município do Rio de Janeiro.

O artigo "A Emancipação Penal do Adolescente. Uma Proposta de Reforma Legislativa" é fruto da larga vivência do autor na VEP e trata de tema atual, controverso e de grande interesse social.

Num cenário de aparente intranquilidade social, decorrente da cada vez mais freqüente e banalizada violência nas grandes cidades, a superar limites quase inacreditáveis, volta e meia se reacende a discussão sobre o agravamento da sanção penal e a redução da maioridade penal, o que ganha mais força a cada novo clamor social causado por atos violentos, principalmente quando cometidos por adolescentes, dada a sensação de impunidade do inimputável.

De exato, como já advertia Heleno Fragoso em conferência realizada há anos recuados, nos reformatórios existe uma "reserva da criminalidade". A evolução crescente do número de adolescente na prática de ações criminosas, as quais já não mais se limitam ao cometimento de pequenos delitos, tão grande, nos dias hodiernos, é a escalada desenfreada do envolvimento de menores em crimes violentos e hediondos, ao passo da incapacidade de se obter a tão almejada reforma dos educandários, bem retrata a existência dessa reserva da criminalidade.

Esse novo perfil da violência infanto-juvenil, na evolução dos tempos, exige de todos nós uma nova percepção acerca da questão da inimputabilidade penal do menor de dezoito anos, justificada na Exposição de Motivos da Lei no. 7209/84 como a "opção apoiada em critérios de política criminal", num marco puramente cronológico, em descompasso com os critérios puramente científicos que fundamentam o instituto da inimputabilidade penal.

Como se sabe, a nossa legislação parte do princípio de que a pessoa menor de 18 anos não possui desenvolvimento mental completo para compreender o caráter ilícito de seus atos, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Adotou-se o sistema biológico, em que é



considerada tão-somente a idade do agente, independentemente da sua capacidade psíquica.

Esse é o nosso sistema jurídico vigente, segundo os três Diplomas Legais que cuidam da inimputabilidade penal do menor de dezoito anos: art. 27 do Código Penal; art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente; e art. 228 da Constituição Federal.

Ora, a inimputabilidade penal do menor não deve ser avaliada sob o prisma da presunção da incapacidade penal, num aspecto puramente biológico, nem sempre coincidente com os critérios científicos da capacidade penal. Tal é a razão do desprezo à corrente que a cada dia ganha mais força em defesa da redução da maioria penal, uma vez que também parte da mesma e equivocada presunção de que o maior de dezesseis anos é detentor de plena capacidade de compreensão do caráter ilícito de seus atos, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, um critério exclusivamente biológico, de política criminal, sem qualquer respaldo científico.

A inimputabilidade penal do menor deve ser avaliada de forma individualizada, com a adoção do sistema biopsicológico, em que a capacidade penal passa a ser avaliada através de critérios científicos.

É o que propomos com a criação da figura jurídica da EMANCIPAÇÃO PENAL.

A questão da inimputabilidade penal do menor está atrelada ao seu grau de amadurecimento. O menor de hoje, como todos sabem, não é o menor de ontem, como também o menor do interior não é o menor das grandes cidades. Nas grandes cidades, o envolvimento do menor com a criminalidade é cada vez mais precoce. Recentemente ganhou espaço na mídia a questão do envolvimento de menores em quadrilhas de traficantes de drogas. Os menores, acobertados pela impunidade, cada vez mais engrossam as quadrilhas de traficantes. São os soldados do tráfico, como bem retratado no documentário "Os Meninos do Tráfico". Outros crimes terríveis vem sendo cometidos por menores, e como decorrência o inelutável reconhecimento do seu grau de desenvolvimento psíquico-emocional. O menor que comete verdadeiras atrocidades, ou o menor que desde cedo se dedica à prática de atos delituosos detém um amadurecimento que lhe foi imposto pela "experiência da vida criminoso". Em relação a estes menores, na maioria dos casos, há uma precocidade da consciência delitual, o que não pode ser dito em relação aos menores crescidos numa ambiência envolvida pelo fenômeno da vitimização, ou em relação aos menores do interior ou de áreas rurais, o que não quer dizer que também não haja o precoce amadurecimento desses jovens, ou dos jovens da classe média ou alta, não raro se tem notícia sobre o envolvimento desses jovens em graves crimes, espelho de personalidades distorcidas e de transtorno de condutas.

Portanto, a imputabilidade penal do menor depende da apuração do seu grau de

desenvolvimento psíquico-emocional, que deve ser avaliado, individualizadamente, segundo critérios científicos, num sistema psíquico-psicológico-social.

Ressalte-se que, quando se fala em maturidade para efeitos penais, não se busca inteligência destacada, capacidade de tomar decisões complexas, mas tão-somente a formação mínima de valores humanos que uma pessoa deve ser dotada, podendo discernir entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, entre o que constitui crime e a atipicidade (livre-arbítrio). É a imputabilidade, que se faz presente quando o sujeito compreende a ilicitude de sua conduta e age de acordo com esse entendimento.

E uma vez constatada essa maturidade, a maioridade penal deve ser antecipada através do que denominamos de "emancipação penal", que só pode ser declarada por sentença pela autoridade judiciária competente para a imposição das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, figurando este instituto como uma das medidas impositivas nele previstas.

A emancipação penal consiste, então, na antecipação da maioridade penal. É uma declaração da capacidade de responsabilização penal pelos fatos delituosos que vierem a ser cometidos pelo adolescente, projetando-se ao futuro em obediência ao princípio da reserva legal.

A autoridade judiciária deverá se valer do auxílio de um laudo elaborado por uma equipe interdisciplinar formada por psiquiátrica, psicólogo e assistente social, e declarará a emancipação penal ao concluir que o adolescente apresenta um precoce amadurecimento, uma personalidade distorcida com consciência delitual, que faz supor que, pelo seu desenvolvimento psíquico-emocional, tem condições de compreender o caráter ilícito de seus atos, e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Este é o sistema biopsicológico da imputabilidade penal do menor, que deve ser implantado em nossa legislação em substituição ao sistema exclusivamente biológico, que tem como premissa básica a equivocada presunção, partida de critérios de política criminal, de que todo menor de dezoito anos não possui desenvolvimento psíquico bastante para entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Afinal, a emancipação penal influirá no ânimo de todo aquele que se utiliza da inimputabilidade penal do menor como instrumento da impunidade.

## **O VALOR DA FAMÍLIA ENTREVISTA COM A DR<sup>a</sup> LÚCIA MIGUEL**

Todos estamos assustados com a violência que não pára de crescer em nosso Estado. Uns, acreditam na punição exemplar como solução. Outros, na educação integral. Poucos são os que pregam o fortalecimento dos valores familiares como forma de construção de um futuro melhor.

A Dr<sup>a</sup> Lúcia Miguel reflete sobre o seu próprio papel, como Titular da 7<sup>a</sup> Vara de Família, na proteção desta, que é a mais importante de todas as instituições, da qual ninguém deveria prescindir.

As famílias são diferentes. De pais casados ou separados. Há crianças que não conhecem a paternidade, outras não têm pai nem mãe. Há tantos tipos...

O que não há, é justificativa para se negar os valores familiares às nossas crianças.

### **Como é a juíza Lúcia Miguel?**

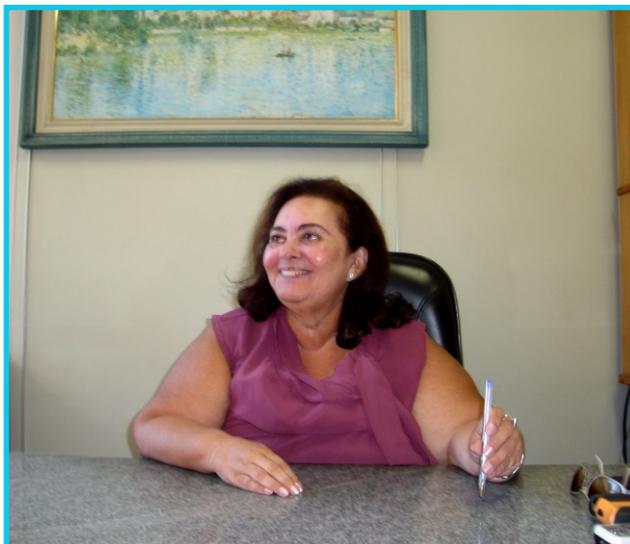
Eu procuro sempre valorizar o serventário e freqüentemente vou ao cartório.

Creio ser impossível trabalhar sozinha, conto muito com os promotores, assistentes sociais e psicólogos para realizar a minha missão.

Nas audiências, tento incentivar a conciliação e quando percebo que há possibilidade do restabelecimento da sociedade conjugal, aconselho o casal a "dar um tempo" e deixar os ânimos esfriarem para só depois se decidirem.

As pessoas, quando resolvem se separar, pensam que assim serão mais felizes. Entretanto, muitas vezes isto não ocorre. Procuro instruí-las informando-as que elas têm um ano para pensar se querem realmente o

divórcio. Este tempo é necessário ao amadurecimento das idéias e ninguém deve ter vergonha de voltar atrás.



### **Como é o dia a dia de uma Vara de Família?**

As conseqüências dos conflitos familiares podem ser desastrosas e a tarefa de minimizá-los é árdua.

Como exemplo, temos uma situação comum, que é muito delicada: a do marido que

bebe para descarregar seus problemas e frustrações e, quando chega em casa, bate na esposa.

Ao juiz cabe mostrar que o caminho trilhado pelo marido traz sofrimento à família. Sempre que puder, deve orientar, aconselhar uma terapia familiar ou um grupo de ajuda

especializada. A equipe envolvida tem que saber que todo ser humano é passível de erros, e que não basta simplesmente apontar os defeitos, mas é necessário resgatar as virtudes que levaram, um dia, aquela esposa a se casar com aquele marido.

A família cheia de problemas traz um grande mal para a sociedade. Geram filhos desajustados que muitas vezes se envolvem com drogas e violência.

### **Como é o relacionamento entre os juízes de Vara de Família?**

Muito bom e de grande importância para nós. Trocamos experiências, propomos mudanças e debatemos os temas mais controversos e os casos mais complexos.

Em nossos encontros, cada um leva um assunto com a finalidade de uniformização, o que traz muito esclarecimento. Ficamos sabendo como se deu a solução de um problema parecido com o que temos em nossas varas. O debate e a troca de idéias é sempre muito saudável, afinal, diversas cabeças pensam melhor do que uma.

### **Qual deve ser o Norte do juiz de Vara de Família?**

O juiz tem que ter a convicção de que cada ser humano é único, portanto somos todos diferentes entre nós. Não podemos exigir demais das pessoas, é importante ponderar sempre.

Habilidade e respeito na tentativa de

composição dos conflitos são imprescindíveis. A intenção do juiz de Vara de Família não é condenar, mas encontrar soluções e equacionar os problemas visando sempre o bem da família. É diferente, por exemplo, de uma vara cível.

Ao juiz cabe o papel de fortalecer a família, ao menos diante do caso concreto que a ele é apresentado. As audiências não podem ser rápidas, principalmente quando há filhos, que devem ser preservados do fogo cruzado de pais que guerreiam. Há que se ter sensibilidade quando o que está em discussão é a estrutura da família, pois as repercussões são muito graves.

### **Qual é a maior preocupação de Vossa Excelência?**

É com a proteção dos filhos. Eu gostaria que todas as famílias brasileiras fossem bem estruturadas. Isto certamente contribuiria para a solução do problema da violência. Tantas crianças deixariam de entrar para o crime e seriam poupadas da morte precoce.

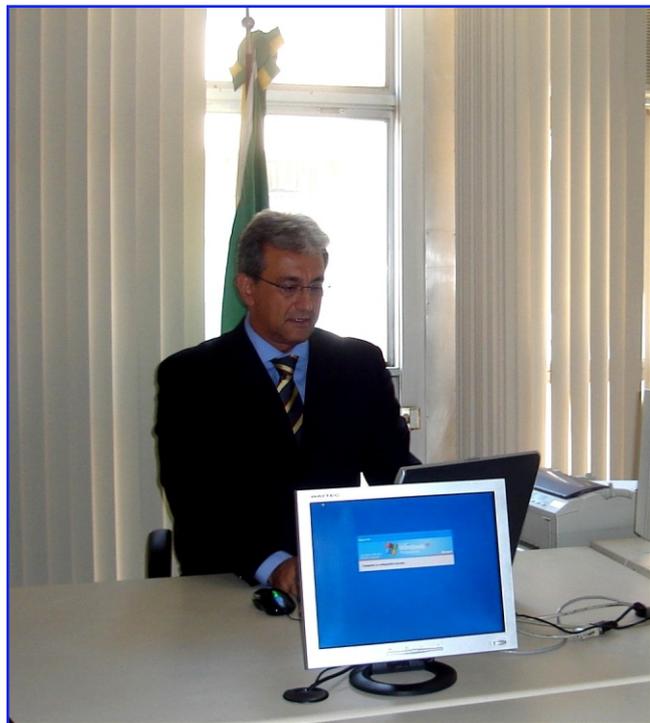
Nós temos que protegê-los. Esta é a minha maior preocupação.

### **Vossa Excelência gosta de ser Juíza em Vara de Família...**

Eu gosto, mas tem que ter vocação. Não se pode querer a magistratura visando *status* ou dinheiro, é uma carreira árdua que exige sacrifícios, inclusive familiares. Eu encaro como uma missão, procuro melhorar a cada dia com muita confiança em DEUS.

## **O JOVEM EM CONFLITO COM A LEI**

O Excelentíssimo Dr. **Mauro Nicolau Júnior** é magistrado há 13 anos, atualmente Juiz Titular da 48ª Vara Cível, professor universitário. Nascido em Presidente Bernardes, uma pequena cidade de São Paulo.



Nessa entrevista, o Dr. Mauro nos transmite sua vastíssima experiência com jovens e adolescentes infratores, decorrente de sua emblemática trajetória como magistrado em algumas cidades fluminenses.

### **Como foi a experiência de Vossa Excelência em São Sebastião do Alto?**

Em São Sebastião do Alto, junto ao Fórum, funcionavam a Câmara Municipal e a Prefeitura. Tive a sorte de trabalhar com o defensor público Dr. Marcelo Carlleto e uma Promotora excelentes. Formávamos uma tríade perfeita, não só pela celeridade em nosso trabalho, mas porque

conseguimos fazer a Justiça díspare.

Na época, estavam sendo implantados os Juizados Especiais e fui um dos primeiros juízes a aplicar as penas alternativas previstas na lei 9.099/95. Assim, quando um delito era cometido, ia a julgamento na mesma semana. Tínhamos uma parceria com a delegacia. As infrações ocorridas de sexta a domingo eram levadas ao meu conhecimento na segunda-feira, em audiência, enquanto os fatos ocorridos de segunda a quinta vinham à audiência na sexta-feira, ou seja, sempre na mesma semana.

Aos delitos de menor potencial ofensivo, eram aplicadas penas alternativas exemplares. Quando o infrator tinha condição de pagar, era aplicada pena pecuniária, mas se não tinha, era aplicada pena não pecuniária como, plantar rosas nos jardins municipais, trabalhar em creches, escolas ou asilos. Dessa forma, a sociedade via o resultado de imediato.

### **E a criminalidade diminuiu?**

Nos três anos que lá fiquei, não houve nenhum caso de reincidência envolvendo menores infratores, o que demonstrou que a efetiva punição reprime o crime, pois quando o sujeito sabe que ao delinquir será punido, percebe que o crime não compensa.

### **Como era o seu relacionamento com a comunidade local?**

Sempre fui interessado e comprometido com as questões sociais e fazia questão de comparecer aos eventos da cidade, e participar das atividades realizadas pela comunidade.

Sempre que podíamos, nos reuníamos com o pessoal do fórum e da delegacia, jogávamos futebol e basquete; nos entrosávamos e nos divertíamos muito. Tenho muita saudade e vontade de voltar lá de vez em quando para reviver tudo de novo.

### **O que o levou a escrever o artigo "O jovem em conflito com a Lei. Medida sócio-educativa?"**

Esse artigo é fruto da minha trajetória de vida, especialmente em Friburgo, onde fui Juiz de Família e da Infância e Juventude. Lá, consegui ter um respaldo importantíssimo do comércio, da indústria e de entidades filantrópicas. Quando aparecia um jovem que estava iniciando no mundo do crime, por falta de oportunidade, eu entrava em contato com os comerciantes ou industriais que faziam parte do projeto para empregá-los com todos os direitos trabalhistas, mas com o compromisso de estudar e tirar boas notas.

Uma equipe multidisciplinar composta de psicólogos, comissários de menores e assistentes sociais acompanhava esses menores dentro de suas casas e suas famílias, o que me inspirou a publicar este artigo.

Creio ter bons motivos para estar convencido de que uma família bem estruturada evita 99 % (noventa e nove por cento) de saída do jovem para a criminalidade e, o bom exemplo, que é dado aos filhos, vale mais que 1000 palavras proferidas, pois os filhos têm nos pais seus espelhos e neles se refletem. Se os pais têm um comportamento desestruturado, permeado por brigas, falta de ética, desprezo, como será o comportamento desse jovem? O que esperar dele? A criança tem que confiar na família, se ela não confiar, não tiver o seu apoio, atenção e modelo, com quem falará dos seus problemas. Certamente com o vizinho, com o bicheiro, com o traficante enfim, com qualquer um, menos, com sua família, que poderia e deveria orientá-lo.

### **Vossa Excelência pode citar alguma experiência sobre essa questão?**

Posso citar duas: A primeira foi de um jovem infrator que chegou à vara e eu, tentando ajudá-lo, contactei um comerciante que lhe deu um emprego, que ele não aceitou, porque o salário mensal era menor do que recebia por semana transportando drogas. Eu o alertei que aquilo era fruto de crime e, a qualquer instante, poderia ser morto pela polícia ou pelos próprios traficantes, mas ele não cedeu e foi embora. No mesmo fim de semana vi sua foto estampada na primeira página, o que

me deixou muito triste, por não ter conseguido ajudá-lo. Então, coleí o jornal na sala de Audiência para que os outros menores que lá chegassem, vissem e procurassem não ter o mesmo destino.

A outra experiência já teve um final diferente, foi o caso de uma jovem de 15 anos envolvida com drogas, filha de pais bandidos, que chegou à audiência em trajes indecentes e, procurando ajudá-la, oferecemos uma oportunidade que ela agarrou na mesma hora. Então, foi internada numa instituição para recuperação de menores, sendo em seguida transferida para outra, próxima ao Fórum, que nos permitiu promover um controle maior de seu comportamento e notas, vindo a concluir o colegial, empregar-se, prestar vestibular e ser aprovada no Curso de Direito da Universidade Cândido Mendes, onde em seguida, orgulhosos, comparecemos a sua formatura, sendo "O Jovem em conflito com a Lei" o tema de sua monografia, refletindo a problemática de sua vida.

Para nossa gratificação, outros exemplos similares ocorreram, porque saí do meu gabinete, arregacei as mangas e fui à luta, buscando fazer a diferença.

### **Vossa Excelência teve problemas ao mudar paradigmas?**

Sim, mas faria tudo de novo se tivesse oportunidade, aliás, continuo exatamente assim, eu poderia estar aposentado desde 98, porque comecei cedo, mas permaneço porque sei que ainda tenho algo para fazer. Fico enquanto justificar a cadeira em que me sento, pois no momento que disser que só vou dar uma empurrada em tudo isso, ou ao ver uma criança numa situação que possa ajudar e nada fizer, porque quando as ajudei tive muito problema, está na hora de outro vir para fazer o que deve ser feito. Esse cargo tem uma contra-partida que deve ser executada, uma vez que, se eu simplesmente ficar inerte, não me considero um juiz.

Da mesma forma, o tráfico e agora também as milícias dominam as favelas, por quê? Porque o Estado não vem ocupando o seu espaço, como deveria fazer e creio que, por vezes o Judiciário também não o faz. A sociedade não conhece o que fazemos. Vemos quase todos os dias sendo noticiado que o juiz pediu a prisão de alguém. O juiz pede a prisão de alguém? Ou que a Justiça não funciona, porque a polícia não investiga. A polícia faz parte da Justiça? Ou aquele sujeito matou fulano e até agora não foi preso. O Ministério Público denunciou?

A Lei preceitua que o juiz é o Presidente do processo, com isso ele tem que exercer sua autoridade. Aqui na 48ª Vara Cível, por exemplo, os processos são julgados de três a seis meses no máximo, porque não permito processo andando de lado, cumpro os prazos e exijo também que os outros os cumpram. Nunca levei, por exemplo, mais de 48 horas para dar um despacho, ou mais de 10 dias para elaborar uma sentença, pois se existe prazo, entendo que é para ser respeitado, não ignorado. Prolato a sentença em audiência, digito, faço o pregão, imprimo, colho as assinaturas, ficando as partes e advogados surpresos quando vêem no monitor o dispositivo da sentença.

**O senhor considera que nossa sociedade vem de alguma forma avançando no cumprimento do art. 227 *caput* da Carta Constitucional de 1988?**

Sim, creio que as pessoas vêm abrindo mais os olhos para o que acontece. Preciso proteger melhor o meu filho, já que a sociedade, o Estado, a escola, não o fazem. Com isso, temos visto famílias, nos últimos tempos, mais unidas, realizando programas de fim-de-semana em casa, ou em lugares seguros, procurando se resguardar ao máximo das atrocidades cada vez maiores. E isso é importante, porque ao se unirem mais, criam maiores vínculos e um melhor entrosamento.

**O que mais o senhor entende que deveria ser realizado nessa área?**

Minha preocupação é com o que vai acontecer com esses jovens que estão em conflito com a Lei, porque a internação e a prisão já provaram que não são medidas satisfativas. Como esses menores chegam até nós, ainda em formação, carentes, faltando-lhes tudo em suas vidas, lar, família, educação, além de oportunidades. Os lugares para recebê-los têm que ser adequadamente preparados para sua formação, não uma jaula cheia de bandidos e leões.

Há uma máxima popular que diz que a justiça e a polícia são feitas para os menos favorecidos. E, as crianças dessas comunidades serão o quê? Provavelmente revoltados e agredirão todos aqueles que elas pensam ser os autores de tudo isso, ou seja, a S o c i e d a d e.

Quando não cumprimos com o nosso papel social, quando o Estado não cumpre suas funções, o que teremos? E como o Estado cobrará cidadania desses jovens adolescentes, se ele também não cumpre seu dever .

A Constituição Federal de 1988, garante no art. 227, *caput*, que "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", passados quase 20 anos o que foi feito? Sabemos que o adolescente por natureza é contra tudo, contra todos, contra o mundo e até contra ele mesmo. É como se fosse uma bomba pronta a explodir.

Assim, o que precisamos fazer para mudar isso? Precisamos de pessoas bem intencionadas, comprometidas, responsáveis, para trabalhar com esses jovens, pessoas diligentes, pró-ativas, que ocupem verdadeiramente seus espaços, para mudar o rumo por vezes torto de suas vidas, de suas tristes histórias.

Por isso, é necessária a criação urgente de medidas sócio-educativa, pois já se comprovou que não é cadeia que resolve essa questão, mas sim educação, adequar esses jovens, para que sejam capazes de retornar o mais breve possível ao convívio social, recuperados e restaurados.

**O Senhor focou em seu artigo, a questão do exemplo. Como alcançá-lo diante de tantas mazelas sociais?**

Bons exemplos têm que se dar todo dia, em todos os lugares, buscando sempre fazer o melhor, com vontade de acertar. Atualmente, há um forte movimento para diminuir a menoridade penal, mas isso não resolverá o problema, enquanto não desenvolvermos ações eficazes, com o escopo de coibir que esses adolescentes se tornem infratores, ao contrário, temos que lutar incessantemente para que eles sigam, trilhem o caminho da cidadania, afinados e integrados com a sociedade.

[Retorna à página inicial](#)

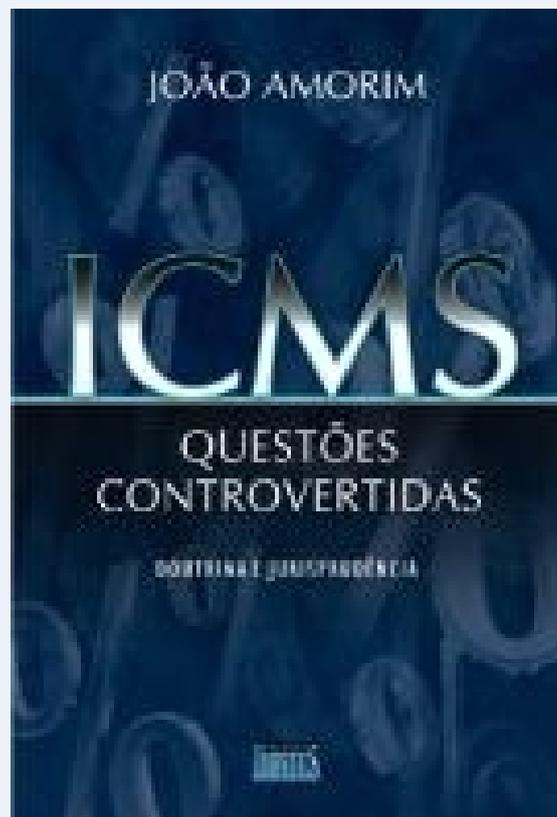
## *Literatura em Foco*

### **ICMS: QUESTÕES CONTROVERTIDAS**

Na última quinta-feira de abril, dia 26, no Auditório da EMERJ, foi lançada a obra do Juiz de Direito da 11ª Vara de Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, **Dr. João Luiz Amorim Franco**, membro da Associação Brasileira de Direito Financeiro e professor de Direito Constitucional.

O livro "**ICMS: Questões Controvertidas**" aborda temas como importação de bens, energia, correção monetária e comunicações, adicional do fundo de pobreza, água, denúncias espontâneas, depósitos, recursal e análise jurisprudencial de decisões, apresentando-se extremamente atual e prática.

Em toda a extensão da obra, o autor, com seriedade e bom senso exegético, enfrenta corajosamente assuntos polêmicos que envolvem o tributo estadual, comentando o arsenal legislativo e as decisões não pacificadas sobre o ICMS.



## MANUAL DO CONCILIADOR E DO JUIZ LEIGO

O Juiz Federal **William Douglas**, o Dr. **Luiz Cláudio Silva** e o Desembargador **Nagib Slaibi Filho** lançaram no dia 19 de março, no auditório da Universidade Estácio de Sá, o livro "Manual do Conciliador e do Juiz Leigo".



A obra comenta sobre o procedimento das ações de competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, com enfoque especial voltado para as funções do conciliador e do juiz leigo que atuam nos referidos órgãos, na certeza de prestarem relevantes contribuições para a boa formação dos profissionais que militam e contribuem para a eficácia e efetividade da prestação jurisdicional.

O livro aborda a parte doutrinária com a interpretação das Leis, que regulamentam o procedimento das ações de competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, apontando as divergências da doutrina, assim como da jurisprudência. Analisa, ainda, os enunciados que orientam o funcionamento dos referidos órgãos e interpreta a Lei Estadual que regulamenta a função do Conciliador e do Juiz Leigo nos Juizados Estaduais.

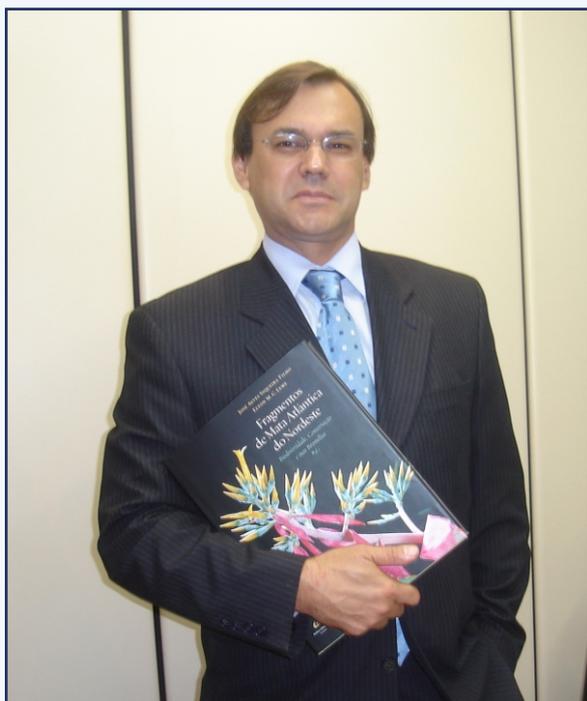
No aspecto prático, orienta o conciliador na condução das audiências conciliatórias, e o juiz leigo, na instrução do processo e julgamento dos pedidos, com os modelos de audiências. Trata-se de obra de grande valia e utilidade para o estudioso da matéria, para o operador do Direito e, principalmente, para homens e mulheres que honram a Justiça no exercício das funções de Conciliador e Juiz Leigo.

## FRAGMENTOS DE MATA ATLÂNTICA DO NORDESTE

No dia 21 de dezembro passado, o **Dr. Elton Martinez Carvalho Leme**, Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública, especializado em Direito Ambiental pela Universidade de Louvain, Bélgica, membro de diversos segmentos nessa área, lançou em parceria com o mestre e doutor em ciências biológicas, **José Alves Siqueira Filho**, o

livro **“Fragmentos de Mata Atlântica do Nordeste”.**

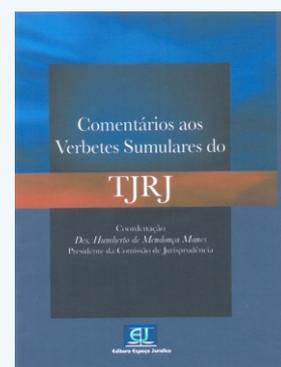
Os autores abordaram nessa obra de leitura ímpar, fruto de exaustivas pesquisas, os aspectos gerais da Mata Atlântica, sua visão sócio ambiental, a cobiça insaciável, a fauna de fragmentos, com riquíssimas ilustrações e títulos atualíssimos.



Nela ficamos sabendo, por exemplo, que a Mata Atlântica é a segunda maior floresta da América do Sul, que ladeia o Oceano Atlântico, desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte, passando pelas Serras do Mar e da Mantiqueira, na região Sudeste, abrangendo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; que o Centro de Pernambuco sofreu um duro golpe, a partir da década de 60, com o “Novo Ciclo da Cana-de-açúcar”, promovido pelo programa Pró-Álcool, cuja meta era aumentar a produção de álcool combustível; que a expansão da cultura atingiu as Chãs e os Tabuleiros, afetando parte dos elementos relictuais, da flora e da fauna, refletindo, segundo alguns climatologistas, no

regime histórico das chuvas e no desaparecimento de milhares de nascentes, que abasteciam a rede hidrográfica da região; informando mais, que o destino da Mata Atlântica está atrelado ao destino do próprio povo brasileiro, pois quando há mais de 500 anos o colonizador europeu aportou no Brasil, se deparou com uma exuberante floresta que cobria uma área de 1.363.000Km<sup>2</sup>, hoje reduzida a 99.878 km<sup>2</sup>, ou 7,25% de sua área original, passando a Mata Atlântica a ser considerada um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta, levando o leitor a uma profunda reflexão sobre o tema e sobre outras questões relevantes, que nos é revelada nessa brilhante e indescritível obra.

A obra *Comentários aos Verbetes Sumulares do TJERJ* pode ser adquirida nos estandes de vendas de livros no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Livraria Largo do Cão, na Rua Moncorvo Filho 1-A (em frente a Faculdade Nacional de Direito); Livraria Planeta do Livro na Av. 28 de setembro n. 26 (em frente UERJ) ou na Editora Espaço Jurídico, na Av. Pres. Antônio Carlos, 615, grupo 304/305, telefone (21) 22626612 (em frente ao Fórum).



## CONHECENDO UM POUCO DA DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o controle interno assumiu importante relevo na Administração Pública, ficando cada vez mais patente a necessidade da sua institucionalização como unidade organizacional.

Estes órgãos são eventualmente denominados como unidade de Controle Interno, mas, na maioria das vezes, são chamados de Auditoria Interna e invariavelmente não assumem o exercício do controle interno, pois apenas realizam exames que têm por finalidade a proposição de medidas voltadas ao aprimoramento do sistema de controle interno da Administração Pública.

A Diretoria Geral de Controle Interno - DGCOTI transita na polaridade da prevenção e da correção de ações administrativas que acarretem desperdícios, improbidades, negligências e omissões.



André Saboya, Diretor Geral da DGCOTI



Lucimar, Soraia, Lilian, Juliano, Marisa Joucenyr e Luís

Dentre as ações preventivas, podemos citar o Plano Anual de Auditoria, cuja sinopse demonstra os trabalhos a serem realizados dentro do exercício. Quanto às ações corretivas, destaca-se o atendimento das diversas espécies de comunicações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ).

Sendo um órgão de fiscalização e controle, vinculado ao Conselho da Magistratura, concentra-se na avaliação da Gestão Administrativa, em seu sentido mais amplo, com vista a garantir que se cumpram os objetivos estabelecidos pela Administração Superior.

Compõem a Diretoria Geral de Controle Interno, a Assessoria de Normas e Apoio ao Controle Externo, o Departamento de Auditoria Operacional e o Departamento de Auditoria de Conformidade.

Destaque-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu um novo paradigma, pois foram criados diversos mecanismos destinados ao acompanhamento da ação dos gestores públicos tais como: estabelecimento de metas de arrecadação e prevenção com a geração de despesas públicas, definição dos gastos com pessoal etc. Busca-se com isso que as ações governamentais observem a disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros, possibilitando a ação planejada e transparente da Administração Pública.

Deste modo, revela-se significativa a função do órgão de Controle Interno e sua atividade torna-se essencial na condução das políticas implementadas pelos gestores, obrigando a DGCOTI a realizar ações rotineiras e não rotineiras de acompanhamento e avaliação de gestão.

Contudo, compete a todas as Unidades Organizacionais, desenvolver controles internos cuja eficiência e interação com o controle externo garantam a efetividade de suas ações, pois o conceito de controle interno é bastante abrangente e refere-se não apenas aos aspectos diretamente relacionados às funções de contabilidade e finanças, mas sim a todos os aspectos das atividades administrativas desempenhadas pela Instituição.

## **COMPILAÇÃO TEMÁTICA DOS VERBETES SUMULARES DO TJERJ, STJ e STF.**

Colaborando para agilizar a prestação jurisdicional, o Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE) em parceria com o Serviço de Captação do Conhecimento (DGCON/SECAP), vinculados à Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento, desenvolveram o projeto base da Compilação Temática dos Verbetes Sumulares tendo, inicialmente, como parâmetros os verbetes sumulares do TJERJ e STJ.



**Equipe responsável: Simone, Djenane, Cristina, Antonio e Carla**

basta clicar que imediatamente aparecerá o verbete a ela relacionada. Mas a Tabela não oferece apenas este recurso: são disponibilizadas para visualização as referências que foram utilizadas como instrumentos para sua elaboração e notas extraídas do livro Comentários aos Verbetes Sumulares do TJERJ. Também é disponibilizada para visualização, a jurisprudência do TJERJ relacionada ao tema.

Dispostos em uma tabela, os verbetes sumulares do TJERJ são classificados em ordem alfabética, por assunto, e logo a seguir, por correspondência, são apresentados, da mesma forma, os dos Tribunais Superiores.

Uma vez aberto o arquivo, sua navegação é extremamente rápida: *hiperlinks* foram criados para dinamizar o acesso ao conteúdo do documento.

Selecionado o assunto, verifica-se logo se há correspondência entre o verbete sumular do TJERJ com os dos Tribunais Superiores. Localizada a súmula desejada,

Todos os acórdãos apresentam links para visualização da ementa e acesso ao inteiro teor.

Os verbetes sumulares do STF estão sendo classificados de acordo com o assunto e logo também serão acrescentados à tabela, quando o projeto estará completo.

Em breve a Tabela Temática será disponibilizada, no site do TJERJ, através do Banco do Conhecimento e será mais uma ferramenta de apoio à prestação jurisdicional.

## **Evolução do Banco do Conhecimento**

A *Internet* permite que as pessoas trabalhem em conjunto em tempo real. Além de possibilitar a busca da informação certa no momento certo, o que faz toda a diferença para o usuário da Internet e, inegavelmente, é o grande desafio das organizações.



**Mônica, Vânia e Ana Lúcia - equipe responsável pelo Banco do Conhecimento do PJERJ.**

O Banco do Conhecimento no site do PJERJ objetiva ser um instrumento destinado a facilitar a localização, a recuperação e a reutilização dos dados, informações e conhecimentos mais relevantes para o cumprimento da missão institucional com o objetivo de contribuir diretamente para a eficiência e eficácia das atividades dos magistrados e servidores, além de ser fonte de consulta para o público externo. É fato notório que o conhecimento se tornou um elemento fundamental e imprescindível ao sucesso das organizações, bem como que o conhecimento e a colaboração caminham juntos.

Assim, a referida Página antes de 22 de fevereiro de 2005 compartilhava o seguinte: O que é Gestão do Conhecimento (GC) ?; Gestão do

Conhecimento no TJERJ ; A DGCON e suas principais unidades ; Primeiros Projetos (2004); GC: Você e o TJERJ crescendo juntos; Museu da Justiça MUJUS ; Arquivo DEGEA ;Biblioteca DERAB ; Departamento de Gestão do Ciclo do Conhecimento DECCO ; Monografias ; 1º Encontro de Gestores 2004 ; Legislação: Selecione Atos Normativos Internos Downloads Links e Jurisprudência (verbetes sumulares do TJERJ, Enunciados (Criminais e Cíveis) e Revista de Direito.

Atualmente, o Banco, bem mais desenvolvido, facilita o compartilhamento para a comunidade jurídica das seguintes categorias de informações:

**Jurisprudência** - Além do TJERJ, links com STJ e STF, Julgados dos TJERJ Reformados pelos Tribunais Superiores, Seleção de Pesquisa Jurídica, Prevenções Históricas e Enunciados e Recomendações; **Legislação** Atos do PJER (Provimentos e Resolução etc), link para Conselho Nacional de Justiça, Constituições, Códigos e leis federais, estaduais e municipais, download com CODJERJ, REGITJRJ, Resolução etc; **Doutrina** Revistas do TJERJ e da EMERJ, coletânea da ESAJ, diversos artigos jurídicos, Dissertações de Mestrado, Monografias e Trabalhos Jurídicos no Exterior, desenvolvidos por magistrados e servidores do PJERJ; além de Calendários da Capital e do Interior, Recomendações do TCE, Informativo Interação, link para as principais unidades da DGCON.

Estamos apenas na fase inicial de organização do Banco. O processo de evolução é gradativo,

mas são expressivos a evolução do Banco do Conhecimento e o reconhecimento de sua utilidade por parte da comunidade jurídica.

Isto ocorre, porque estamos vivendo na Era da Informação, por isso percebemos mudanças culturais em nossa sociedade. Diversas adesões dos magistrados e dos servidores do PJERJ, bem como dos usuários externos. Os dois primeiros dedicam sempre um tempo com nossas visitas, respondem as nossas pesquisas de satisfação e opinião, e, ainda, enviam informações e conhecimento para serem compartilhados com a comunidade jurídica no Banco do Conhecimento. Por outro lado, não poderíamos deixar de registrar a participação efetiva da equipe de Informática do PJERJ (DGTEC) que possibilita a implementação da informação na referida Página e a disponibilização das novidades nos Destaques DGCON.

Assim, o desenvolvimento do Banco do Conhecimento possibilita o acesso à informação, indispensável à atividade judicante, contribuindo para a celeridade e efetividade da Justiça Fluminense.

Os desafios são inúmeros, mas o Banco do Conhecimento representa o uso da tecnologia a favor dos usuários, e, gradativamente, evoluirá de forma atender as expectativas e as necessidades da comunidade jurídica.



**ACESSE O  
BANCO DO CONHECIMENTO  
DO PJERJ**

**12 DE MARÇO  
DIA DO BIBLIOTECÁRIO**

Desde 1958, comemora-se no Brasil o Dia do Bibliotecário em homenagem a Manuel Bastos Tigre nascido nesse dia. Homem multifacetado: engenheiro, jornalista, poeta, teatrólogo, humorista. Após conhecer Melvil Dewey, trabalhou no Museu Nacional e em algumas importantes bibliotecas, onde exerceu a profissão de bibliotecário durante 40 anos, sendo considerado o primeiro bibliotecário no Brasil.



*"Há 30 anos atrás, tinha o bibliotecário, papel de mero organizador de livros, desdobrar fichas, atender ao público com processos manuais, através de catálogos"*

**Vilma Reis**

*Foi Diretora da Biblioteca  
do TACERJ*

Várias foram as faces que o profissional bibliotecário revelou durante todos esses anos, certo é que em qualquer época contou com a informação como instrumento. Capacidade de organização, planejamento, gerenciamento em bibliotecas públicas e privadas; centros de documentação de empresas em diversos ramos de atividades, são seus requisitos imprescindíveis.

*"Profissional que deve estar informado atualizado, ser dinâmico, criativo e atento à tecnologia da informação e do conhecimento".*

**Maria Celina Studart de Lavander**

*Foi Diretora da Biblioteca  
do TACERJ*



A partir de 1962, tornou-se um profissional necessariamente de nível superior por meio de cursos de graduação e pós-graduação, bem como de atualizações freqüentes que o mercado competitivo e tão tecnológico passou a exigir.

Até a passagem do século XX, observamos uma Biblioteconomia institucionalizada e carente. Essa carência a marca de tal forma que, Francisco C. de Souza, a descreve como a época da "miséria bibliotecária". Tais condições, favorecendo influências externas, terminam por facilitar a importação de modelos profissionais estrangeiros, que, se no século passado provinham de países europeus, passam a ter sua matriz nos Estados Unidos. O modelo estrangeiro de Biblioteconomia instala-se definitivamente no Brasil.

*"As Bibliotecas estão ligadas à cultura e por essa razão ainda caminham a passos lentos para o reconhecimento no Brasil".*

**Liane Maria de Abreu Lima**

*Foi Diretora da Biblioteca do TJERJ*

É nessa ótica que a Biblioteconomia brasileira consolida-se, evidenciando concepções e práticas que se manifestam por técnicas, que se preocupam mais com o processamento documental e menos com sua fundamentação teórica, mais com rotinas mecânicas e eletrônicas, que moldam o atual perfil do estudante e do profissional bibliotecário.

*"A escolha pelo Curso de Biblioteconomia aconteceu com naturalidade. Busquei informações e aos poucos fui conhecendo sobre este profissional.*

*Hoje, aposto na profissão."*

**Jaqueline Cardoso Martins**

*Estagiária da Biblioteca do TJERJ*



*"Minha primeira opção foi História. Por ter de lecionar, pesquisei sobre outras profissões. Assim, descobri a Biblioteconomia. Estou satisfeita, porém entendo que o ideal é unir o método tecnicista com o humanista".*

**Mônica de Azevedo**

*Estagiária da Biblioteca do TJERJ*



Num breve estudo comparativo, percebemos grande avanço, porém não devemos esquecer a importância entre o tipo de papel utilizado nas obras, e a busca e recuperação da informação; entre o tradicionalismo e a linguagem das obras, até à modernidade das bibliotecas virtuais temáticas, que chegaram para promover o uso da informação em todos os



*"Questionamentos feitos pela sociedade sobre o papel do livro frente aos novos meios de informação, são rotineiros ainda hoje. Mas, o livro jamais perderá seu papel, afinal não levamos a informática para a cama e apenas 5% dos brasileiros*

*têm acesso ao computador..."*

**Márcia Maria Bastos Pena**

Atual Diretora da Biblioteca do TJERJ

Com tais mudanças, chegaram as alterações da presença física das bibliotecas. A globalização aproximou os povos e diminuiu a distância da informação.

*"O bibliotecário é um profissional responsável por fazer a ponte entre a informação e o usuário"*

**Zildete das Neves B. Ramos**

*Chefe do SEQUI /TJERJ*



O desafio profissional do bibliotecário na atualidade é muito significativo. O volume de informação aumenta a cada segundo; as novidades tecnológicas avançam com a mesma velocidade do som, exigindo em seu manuseio rapidez e eficiência.



*"O Brasil caminha devagar na valorização do profissional da informação.*

*Nem por isso, o trabalho deixa de ser extremamente interessante.*

*Ser bibliotecário é ser agente disseminador da informação."*

**Márcia Bernadete Esteves**

*Chefe do SCEM / TJERJ*

*" Ser agente intermediário entre o usuário e o conhecimento, a informação e a cultura é gratificante."*

**Manuel Izidoro da Fonseca**

*Bibliotecário do SCEM/ TJERJ*

*" O senso de organização é o fator chave de um profissional da informação.*

*Precisamos trabalhar bem e corretamente este suporte do conhecimento."*

**Maria Beatriz Pontes de Carvalho**

*Diretora da Biblioteca da EMERJ*

O profissional de informação necessita de diversas habilidades e competências específicas. Atuar na Gestão da Informação é sem dúvida a atividade principal desse profissional que se destaca a cada dia.



## DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

### UNIDADES DE APOIO

As unidades executoras da Administração Superior do PJERJ estão colocando em prática cada vez mais as práticas de gestão administrativa com base nos princípios da qualidade descritos

na NBR ISO 9001:2000. Recentemente, as unidades de apoio passaram por auditorias internas, cujos resultados foram reconhecidos e valorizados pelo Presidente do PJERJ, desembargador José Carlos Murta Ribeiro, que enviou ofício aos Diretores Gerais destacando a importância do trabalho que vem sendo realizado pelos servidores.



**Auditoria na Divisão de Protocolo Administrativo: Ademildes Toledo (auditora), Carla Fernanda, Antonio Carlos e Denise Reis**

A Presidência do PJERJ observa com grande satisfação a participação das Diretorias Gerais no processo de modernização da gestão

administrativa do PJERJ, tão importante para melhorar os serviços prestados aos que buscam a Justiça.

Pelo incentivo que representa para toda a equipe, o comprometimento do Diretor Geral é fundamental para a divulgação e implementação das práticas de gestão com qualidade, gerando benefícios progressivos para toda a instituição. Por isso, o desembargador Murta Ribeiro destacou que a prática de Auditoria Interna visa à racionalização de meios e deve ser entendida como um instrumento para o aperfeiçoamento da gestão.

O Presidente do PJERJ ressaltou ainda que o reconhecimento pela dedicação e pelo profissionalismo é extensivo aos Representantes da Direção (RD) das Diretorias Gerais, que têm participado das atividades referentes ao Sistema Integrado de Gestão do PJERJ com pontualidade, cordialidade e, principalmente, grande compreensão do SIGA e, junto com os demais colegas, contribuem para a realização deste grande projeto de modernização no Poder Judiciário fluminense.

## **PERÍCIAS JUDICIAIS GRATUITAS**

A Divisão de Perícias Judiciais, subordinada ao Departamento de Instrução Processual pertencentes à Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais-DGJUR, desde sua criação no início de 2005, atende solicitações oriundas das 1ª e 2ª Instâncias concernentes à indicação de peritos nas mais diversas áreas, tais como: Medicina, Contabilidade, Grafotecnica, Economia, Atuaria, Engenharia e outras, através de um cadastro de profissionais especializados, a fim de dar suporte efetivamente necessário e eficaz aos Magistrados na busca de "experts", mormente nos processos de gratuidade de justiça.



**Maria do Carmo, Yara, Denise, João Marcus (Diretor da DIPEJ), Derval e Ana Paula**

Cabe salientar, que com a edição do Ato Executivo Conjunto nº 92/2005 foi incorporado à Divisão de Perícias Judiciais o Serviço de Perícias Médicas da Corregedoria Geral da Justiça que dava suporte nas ações de natureza acidentária em face do INSS.

Atualmente o Tribunal de Justiça possui um Cadastro de Peritos, gerenciado pela Divisão de Perícias Judiciais, com atualização periódica, via Aviso Presidencial, objetivando ampliar e melhor suprir as solicitações dos Magistrados.



Grande entusiasta desse projeto, o Desembargador José Geraldo Antônio descreve o quanto tem sido importante para os magistrados o trabalho da Divisão de Perícias Judiciais:

*"É fundamental que o magistrado possa contar com uma sustentação técnica que fuja de sua área para avaliar as delegações das partes. A formação deste cadastro veio suprir de maneira substancial o vazio que anteriormente carecíamos.*

*Este serviço, funciona como um meio facilitador para o julgador, uma vez que é possibilitado ao juiz, profissionais previamente cadastrados que preencham requisitos para atuarem nas perícias dentro do processo. O juiz não pode contrariar uma perícia por opinião pessoal, negando a eficácia, impugnando as partes; seja por omissão ou esclarecimento.*

*Ressalto também, o fato de muitos processos com gratuidade de justiça ficarem retidos, por falta de perícias. Além do enorme volume de feitos, existia também o desestímulo do profissional,*

tendo em vista que a demanda dos processos gratuitos é muito grande hoje no país.

*Existe hoje, uma confiabilidade no corpo jurisdicionado, uma vez que contamos com peritos cadastrados, habilitados, aptos, confiáveis e disponíveis independentemente da escolha ou indicação do magistrado”*

Dentro das indicações solicitadas de profissionais para a realização de perícias nas mais diversas áreas, verificou-se a dificuldade relativa à perícia de voz e imagem, tendo o Tribunal encontrado como solução para tal questão a formalização de um contrato com a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro FAEPOL para atender a referida demanda.

Mais recentemente ainda, a DGJUR/ DIPEJ desenvolveu 02 (dois) projetos aprovados pelo E. Conselho da Magistratura que tratam da regulamentação de procedimentos administrativos para pagamento de ajuda de custos aos profissionais que realizam perícias nas ações sob o pálio da gratuidade de justiça e nas ações de interdição com o mesmo benefício em todo o Estado, projetos estes de relevância ímpar, que hoje compõem as Resoluções nºs 20/2006 e 21/2006 do Conselho da Magistratura, publicadas em 15-09-2006.

O Desembargador Célio Geraldo de Magalhães Ribeiro também defende o projeto:

*“ O Projeto da Divisão de Perícias Judiciais veio favorecer e resolver os casos de gratuidade de justiça.*

*O trabalho do perito é extremamente sério, este assume o compromisso escrupulosamente, responde por perdas, caso cause danos às partes; assina no processo o compromisso de realizar a conclusão pericial - caso contrário, poderá responder criminal, civilmente, ou ainda, no próprio Conselho de Classe, podendo ter cassado seu registro profissional.”*

É certo que, não obstante as medidas mencionadas, a Divisão de Perícias Judiciais, o Departamento de Instrução Processual e a Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais estão à disposição da Administração Superior para propor adaptações, ampliações e mudanças de rotinas administrativas por intermédio de novos projetos que permitam ao Judiciário se manter atualizado.

>>> [ACESSE A RESOLUÇÃO Nº 20/2006, DO CONSELHO DA MAGISTRATURA](#)

>>> [ACESSE A RESOLUÇÃO Nº 21/2006, DO CONSELHO DA MAGISTRATURA](#)

>>> [ACESSE O AVISO Nº 57/2006 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA](#)

## **OS ASCENSORISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

De segunda a sexta-feira, geralmente o primeiro "Bom dia" que os funcionários do Tribunal de Justiça" escutam nesta Casa é o dos ascensoristas.



Quase sempre também são eles as primeiras pessoas com quem são comentados os acontecimentos do dia, o tempo, a condução ou um fato marcante visto na televisão.

São profissionais com rostos conhecidos mas, que muitas vezes, não se sabe sequer seus nomes. A quem é dado pouco reconhecimento, pois estão ali, todos os dias, tornando difícil imaginar como seria chegar no TJERJ, às onze horas, e não encontrá-los.

Seria um caos.

Estes profissionais cujo trabalho é repetitivo e executado horas a fio em um ambiente claustrofóbico deve ser visto com respeito. Trata-se de trabalhadores especializados, todos têm formação em curso de ascensorista ministrado pelo SENAC, estudaram o manual básico de elevadores em que obtiveram noções acerca deste meio de transporte, freqüentam cursos de atualização e recentemente participaram de uma palestra de capacitação, juntamente com as recepcionistas e brigadistas do TJERJ sobre como devem tratar as pessoas com deficiências.

Quando admitidos no TJERJ, todos os profissionais são orientados a se dirigir aos passageiros com urbanidade e cortesia, uma vez que, na maioria dos casos, este é o primeiro contato que os usuários têm com o Tribunal de Justiça. Também recebem instruções acerca do cuidado com a aparência pessoal e do zelo com os uniformes que utilizam. Mas eles fazem questão de ir além, sendo gentis e contribuindo para o bem estar de todos.

Muitas perguntas são feitas aos ascensoristas que procuram ajudar ao público mas, devido ao grande número de serventias e órgãos e das constantes mudanças de localização, não é possível saber onde todos funcionam, casos em que encaminham os usuários à recepção mais próxima.



A cada viagem os passageiros são contados e o limite não leva em consideração apenas o peso máximo, mas varia de acordo com o número de elevadores em funcionamento e até com o calor, tudo para tentar dar mais conforto aos passageiros, embora nem sempre seja possível. Os ascensoristas trabalham com as variáveis, procurando solucionar os problemas da melhor forma, mesmo que seja necessário quebrar o protocolo para garantir a integridade dos passageiros.

No TJERJ a taxa de rotatividade dos ascensoristas é baixa, normalmente trabalham anos na Casa. O profissional mais antigo tem 34 anos de serviço prestados ao Tribunal, é o Sr. Carlos de Oliveira Ribeiro, conhecido como Barão. Ainda há outro

ascensorista com 30 anos de casa, Sr. Geraldo Francisco de Paula, admitido em janeiro de 1977.

Todos são unânimes em afirmar que as dificuldades do dia a dia são superadas com bom humor, afinal: "Gentileza gera gentileza".



*"Já socorri uma funcionária da limpeza no elevador dos magistrados"*

Mário Vicente Nicolay.

*"Cada ascensorista tem o seu sistema. O meu é cumprimentar todos na entrada e na saída. Os passageiros ficam satisfeitos e me tratam muito bem."*

Dirceu Natal de Moraes.



## RECADO SOBRE OS EMPRÉSTIMOS EM CONSIGNAÇÃO

A página do DEAPE volta a divulgar as taxas praticadas pelas instituições que mantêm convênio com o PJ para concessão de empréstimos a magistrados e servidores, com pagamento de prestações por meio de consignação em folha de pagamento.

## TAXAS PRATICADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CONVENIADAS

Instituição	Prazos em meses							
	até 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 72
BANCO BVA	2,88%	2,88%	2,15%	2,15%	2,36%	2,53%	2,57%	*****
BANCO DO BRASIL *	1,75%	1,75%	1,75%	1,75%	1,79%	1,79%	1,85%	2,05%
BANCO DO BRASIL **	1,75%	2,10%	2,30%	2,30%	2,50%	2,70%	2,70%	*****
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL *	1,48%	1,51%	1,55%	1,55%	1,60%	1,69%	1,81%	1,83%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL **	1,92%	1,92%	2,19%	2,19%	2,65%	*****	*****	*****
CAPEMI	1,90%	1,95%	2,00%	2,00%	2,15%	2,30%	2,50%	*****
COOP JUSTIÇA	1,70%	2,00%	2,10%	2,10%	2,30%	2,50%	*****	*****

\* correntista

\*\* não correntista

TAXAS PRATICADAS EM 30/3/2007  
FONTE: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

[Retorna à página inicial](#)

## PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL PLANEJAMENTO E GESTÃO

A Divisão de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF/DIPLA) é responsável pela avaliação e controle da execução do plano de ação governamental, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

O Plano de Ação Governamental é o conjunto de programas, subdivididos em projetos e subprojetos que são consolidados e ajustados pela Divisão de Planejamento e Gestão (DIPLA) sistematicamente, com vistas ao cumprimento de metas estabelecidas e traçadas em conjunto com as unidades organizacionais e mediante aprovação da Administração Superior, em consonância com os focos estratégicos.

Objetivando a elaboração do plano, a DIPLA promove a coordenação e a integração de projetos e subprojetos com repercussão financeira associados a investimentos, de acordo com o Artigo, 16 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e, consolida e submete a minuta à análise da Administração Superior do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ao se analisar a história do PAG, verifica-se que o primeiro deles foi implementado em 1999, à época, um plano de investimentos, publicado pelo Ato Executivo Conjunto 12/99. Este PAG anteviu à própria Lei de Responsabilidade

Fiscal, datada de 04 de maio de 2000, e surgiu da necessidade de se estabelecer um plano de ação para recursos recém advindos do Fundo Especial do Tribunal de Justiça.



**Fernando, Sebastião de Freitas  
Oliveira (Diretor-Geral da DGPCF)  
Margarete, Marcia e Leonardo**

Cabe destaque o advento da Lei 3217/99, que incrementou os recursos do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, passando o Poder Judiciário Fluminense a ser integralmente responsável por seus investimentos e custeio, cabendo ao Poder Executivo apenas a folha de pagamentos.

Por outro lado, a Lei Complementar 101 de 2000 trouxe a responsabilização do gestor em seus gastos e o maior controle das receitas, na medida em que limita a geração de despesas à disponibilidade orçamentária.

O Poder Judiciário Fluminense foi pioneiro em gestão administrativa responsável, uma vez que passou a administrar suas próprias receitas, antes mero espectador do repasse destas pelo

Executivo. Não podemos olvidar que em 1996, houve a criação do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, que podemos considerar o primeiro passo para a consolidação do Plano de Ação Governamental de 1999/2000.

Desde o biênio 2001/2002, o PAG já investiu R\$ 681.045.930,00 no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na proporção mostrada a seguir:

TOTAL DOS PLANOS (PAG)	EXECUTADO
2001/2002	R\$ 92.372.000,00
2003/2004	R\$ 169.937.050,00
2005/2006	R\$ 346.336.880,00

Conquistas de benefícios concedidos aos serventuários, tais como, auxílio creche, auxílio refeição e auxílio saúde, tornaram-se realidade por meio do PAG e, posteriormente foram incorporadas às despesas de custeio.

A expansão das serventias, o reaparelhamento, a inovação tecnológica, a constante melhoria das instalações, os avanços na gestão dos recursos humanos deste Poder Judiciário são também resultados dos investimentos previstos no PAG.

A diretriz que vem norteando o planejamento é a de que não basta apenas investir em infra-estrutura, mas cuidar da máquina administrativa como um todo, a fim de mantê-la engrenada, equacionando o binômio custeio e investimento, proporcionando a capacitação de servidores e magistrados, ao mesmo tempo em que se promove, de forma racional, a melhoria dos espaços físicos existentes.

Sendo assim, nossa meta é planejar, sem perder de vista a continuidade administrativa, é realizar o hoje e projetar idéias para daqui a três anos.

Uma das maiores dificuldades é a adequação dos recursos às necessidades existentes. Há que se pensar no planejamento de uma forma sistêmica, buscando otimizar a consolidação dos investimentos das unidades organizacionais, visando uma prestação jurisdicional eficaz e eficiente.

*>>> Clique aqui para conhecer o Plano de Ação Governamental (PAG) para o biênio 2007/2008*



## DEPARTAMENTO DE SAÚDE



### INSUFICIÊNCIA CARDÍACA II

No número anterior abordamos a definição e causas da insuficiência cardíaca.

Discutiremos agora algumas estratégias no tratamento da doença.

Os objetivos iniciais são: reduzir o trabalho do coração, retirar o excesso de água do organismo, melhorar a capacidade de contração do coração e tratar todas as condições associadas que possam contribuir para o desenvolvimento ou perpetuação do quadro clínico desfavorável.

Algumas pessoas irão se beneficiar de repouso absoluto, dependendo do grau ou estágio da doença. A maioria irá observar resultados favoráveis com atividade física leve, sob orientação profissional.

O uso de medicamentos, sempre sob prescrição médica, será quase sempre obrigatório. A combinação de diuréticos, anti-hipertensivos específicos e vasodilatadores pode trazer alívio quase imediato e prolongado.

É fundamental a adesão à dieta pobre em sal, visto que consumi-lo em excesso causa retenção de água no organismo e sobrecarga ao coração. Alguns medicamentos podem reter sódio, sendo contra-indicados na insuficiência cardíaca.

O paciente deve aceitar o fato da doença ser crônica, exigindo o uso de medicamentos por toda a vida. Conhecer suas limitações, evitar excesso de comida e bebida, pesar-se com regularidade e não submeter-se à atividade física excessiva são aspectos fundamentais para uma vida com qualidade.

### **Canal Aberto**

**Queremos a sua participação!  
Envie-nos suas dicas, críticas, sugestões, histórias, poesias, dúvidas e elogios.  
Este espaço é todo seu!  
Contamos com você na próxima edição.**

**Contacte-nos pelo e-mail [sedif@tj.rj.gov.br](mailto:sedif@tj.rj.gov.br) ou pelo telefone 2588-2742**

## TRABALHO CONJUNTO PARA CAPACITAR ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

A ESAJ vem promovendo, juntamente com a Corregedoria Geral de Justiça, a Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN), a Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC), o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DGPES-DEDEP) e o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DGCON-DEGEA), desde janeiro de 2007, cursos para capacitar estagiários de Direito, selecionados pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

O objetivo do curso é capacitar os estagiários alocados nos órgãos de prestação jurisdicional de 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Ato Normativo TJ 17/2006, de



18/12/06) para bem atender ao público, utilizar os sistemas corporativos e auxiliar no arquivamento e desarquivamento de documentos judiciais e na organização física dos arquivos correntes. Eles recebem ainda noções sobre o funcionamento do Sistema Integrado de Gestão (SIGA) do PJERJ e de Organização Judiciária.

O treinamento para o atendimento, com 12 horas-aula, ocupa quase a metade da carga total do curso, de 25 horas-aula. O treinamento de arquivamento e desarquivamento, com 5 horas-aula, a cargo de instrutores do DEGEA, inclui, além de uma explanação sobre a Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON), aulas expositivas, exercícios e exibição de filme, procurando difundir os corretos procedimentos de execução destas atividades tão importantes para garantir o rápido acesso às informações e a racionalização do espaço físico nas unidades organizacionais do PJERJ.

No mês de Janeiro, foram capacitados 90 alunos; em fevereiro, 118; em março, 110; em abril, 110 alunos. Quatro novas turmas, totalizando 102 estagiários, estão previstas para maio.



**Os palestrantes Antonio e Gilberto e a Assessora Vera da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento.**

## ESAJ OFERECE NOVOS CURSOS

Dezoito novos cursos estão sendo oferecidos pela ESAJ desde janeiro de 2007. Na área de Direito e Legislação, o funcionário poderá fazer, no curso *Novos Princípios do Direito de Família*, um estudo comparativo do Direito de Família no Código Civil de 2002 e no anterior, de 1916, enfocando as modificações introduzidas pela nova legislação. O curso aborda, ainda, as modificações na execução de alimentos introduzidas pela Nova Lei de Execuções (Lei 11.382/06).

As modificações no processo de execução são tratadas de forma completa no curso *Alterações no Processo de Execução com Base na Lei 11.382/06*. Já está disponível também o curso *Jecrim e Violência Doméstica Inovações e Tópicos Relevantes*, abordando a nova legislação sobre a matéria.

Na área de Informática foi criado um curso introdutório para aqueles que se iniciam nas novas tecnologias, *Fundamentos de Informática*. Foi disponibilizado também, em fevereiro, um curso para os usuários da versão 2003 do correio eletrônico *Outlook*.

Os psicólogos também já têm um curso específico na ESAJ: *Laudos e Pareceres Psicológicos no Âmbito do TJRJ*. A grade da área de Gestão e Qualidade ganhou seis novos cursos: *Gestão de Mudanças, Gestão do Tempo, Gestão de Pessoas no Serviço Público, Desenvolvimento das Relações Interpessoais, Liderança Transformadora e Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional*.

[Retorna à página inicial](#)

### AVISO IMPORTANTE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO-REFEIÇÃO

A substituição dos cartões-refeição que venceram em 31/3/2007 está finalizada pela empresa fornecedora do serviço. Os cartões que vencem em meses posteriores só serão substituídos por ocasião de seus respectivos vencimentos, ou seja, no curso do mês de validade indicado em cada cartão. Até lá, poderão ser utilizados normalmente.

Àqueles colegas portadores de cartões que perderam a validade no último dia do mês de março e que, até o momento, ainda não receberam o novo cartão, a DGPEs recomenda:

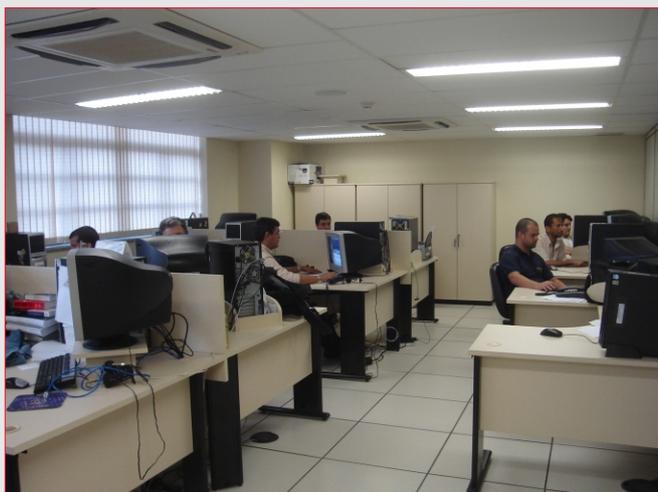
- a) procurar o novo cartão em sua unidade de lotação anterior, se for o caso;
- B) entrar em contato com a Central de Atendimento ao Usuário do Visa Vale, no telefone (21) 4004.7733.

Esgotadas as tentativas acima, sem que o novo cartão tenha sido obtido **e somente nessa hipótese**, o interessado deverá procurar o Serviço de Administração de Benefícios SEBEN do DEAPE/DIAPA, pelo telefone (21) 3133.3290 ou por e-mail [diapa@tj.rj.gov.br](mailto:diapa@tj.rj.gov.br).

Vale lembrar que os novos cartões cuja entrega aos respectivos titulares porventura não tenha sido possível, por motivo de transferência ou desligamento do servidor, devem ser encaminhados à DIAPA/SEBEN, com urgência, pelos responsáveis por cada unidade organizacional. A celeridade desse encaminhamento é fundamental para garantir a entrega do cartão ao destinatário em tempo hábil.

## A RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO DE TI ALERTA DA DGTEC

A Diretoria Geral de Tecnologia da Informação - DGTEC é responsável pelo gerenciamento de computadores servidores, appliances para garantir a segurança de internet, correio e prevenção de intrusos, estações de trabalho, notebooks, terminais de



auto-atendimento, periféricos, equipamentos de rede, linhas de comunicação de dados e canais de rádio. Desenvolve e administra todos os sistemas corporativos que se dividem em Sistemas Judiciais, Extrajudiciais, Administrativos, de Gestão, Portal Corporativo e infra-estrutura interna. Certificação Digital e acesso remoto à rede do TJERJ via VPN são novos recursos disponibilizados.

Suas atribuições não se encerram na viabilização de serviços de informática e na disponibilização de equipamentos mas, principalmente, na proteção de todo o sistema do TJERJ contra ataques internos e externos.

Ao contrário do que se pode imaginar, o número de ataques internos é muito superior ao número de externos. Isto não se deve a má fé por parte dos usuários mas ao desconhecimento acerca dos perigos que a utilização inadequada dos meios disponíveis podem causar a todo o sistema do TJERJ, que é extremamente seguro pois conta com tecnologia de ponta e capital humano bem capacitado. Entretanto convive com os mesmos riscos das demais instituições de todo o mundo, que são as ameaças do mundo virtual.

A DGTEC realiza um trabalho pedagógico em que procura conscientizar os usuários da necessidade de cada um fazer a sua parte, agindo com responsabilidade. Não é uma questão de proibir. Para cada bloqueio existe uma razão que objetiva a segurança não somente da rede corporativa, mas também de cada usuário.

O sucesso da política de segurança da DGTEC é comprovado pelo fato de há seis anos o sistema do TJERJ não haver sofrido nenhum ataque significativo mas, para que este sucesso continue, é necessário contar com a compreensão de todos pois as medidas restritivas adotadas objetivam resguardar o sistema e proteger os usuários.

### **Dicas da DGTEC**

### **QUANTO À SENHA**

**O que NÃO é aconselhável usar na elaboração de uma senha:**

- ✎ Palavras conhecidas;
- ✎ Endereços;
- ✎ Datas;
- ✎ Telefones;
- ✎ Placas de carro ou
- ✎ Seu nome ou de familiares.



**Como elaborar uma boa senha:**

- ✎ A senha deve possuir tamanho superior a seis caracteres;
- ✎ Deve conter letras do alfabeto, números e caracteres especiais e
- ✎ Deve mesclar letras maiúsculas e minúsculas.

**O que estranhos podem fazer com a nossa senha:**

- ✎ Ler e enviar e-mails em nosso nome ;
- ✎ Acessar a internet em nosso nome;
- ✎ Obter informações sensíveis dos dados armazenados em nosso computador, tais como arquivos confidenciais, números de cartão de crédito, dentre outros e
- ✎ Esconder sua real identidade e então "atacar" computadores de terceiros.

**Cuidados especiais:**

- ✎ Certifique-se de que não está sendo observado ao digitar a senha;
- ✎ Não forneça a senha para ninguém, em hipótese alguma e
- ✎ Não escreva a senha em papéis.

Atenção com os "piratas de computador" que se aproveitam de notícias recentes para ludibriar as pessoas se fazendo passar, por exemplo, pelo Tribunal Regional Eleitoral, em época de recadastramento ou pela Receita Federal em época de declaração de imposto de renda. Instituições governamentais não enviam e-mail com solicitação de dados pessoais de cadastro.

**Lembre-se de que:**

- ✎ É recomendável trocar a senha regularmente:
- ✎ Um acesso registrado em seu login será sempre considerado um acesso realizado por você e
- ✎ Acessos simultâneos à rede, utilizando o mesmo login, **não** são permitidos.

### **QUANTO À UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE PIRATA**

A utilização de software **não** autorizado ou **não** adquirido legalmente, caracteriza infringência à Lei 9.609/1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no país, e dá outras providências.

### **QUANTO A ARQUIVOS NÃO AUTORIZADOS**

**São arquivos não autorizados todos aqueles não relacionados às atividades do PJERJ especialmente os de conteúdo:**

-  Pornográfico;
-  Discriminatório;
-  Ofensivo aos Direitos Humanos
-  Jogos e entretenimento.

#### **Conseqüências desagradáveis:**

-  Perda de espaço em disco e de produtividade;
-  Possibilidade de infecção por arquivos maliciosos e
-  Constrangimentos quando da descoberta.

O agente responde administrativa e civilmente pela instalação.

### **QUANTO AO BACKUP**

O backup (cópia de segurança) dos dados contidos nas estações é de responsabilidade do usuário.

### **QUANTO AOS SERVIÇOS DA DGTEC**

-  O acesso remoto com o objetivo de suporte à sua estação de trabalho deve ser feito com a autorização do responsável e realizado por equipe autorizada da DGTEC;
-  Somente pessoas autorizadas devem ter acesso aos recursos computacionais da unidade, sempre sob a vigilância de um responsável. Exija a identificação do técnico de informática e
-  Nunca impeça que técnicos autorizados e devidamente identificados executem procedimentos de atualização em suas estações de trabalho.

Convém que os usuários notifiquem seus superiores ou à DGTEC quaisquer fragilidades ou ameaças, ocorridas ou suspeitas, na segurança dos sistemas, serviços ou informações, mesmo que estes não estejam diretamente sob sua responsabilidade.

Para sua própria proteção, em nenhuma hipótese deve ser feita uma averiguação de fragilidade por conta própria, pois a investigação poderá ser interpretada como potencial uso impróprio do sistema.

## **MELHORES PRÁTICAS**

### **Dentro do TJERJ:**

-  Evite transferências (download) de arquivos de fontes fora da rede do TJERJ;
-  Não acesse sites não confiáveis que podem expor a sua máquina a grandes ameaças e comprometer toda a rede da organização e
-  Não encaminhe mensagens do tipo corrente ou SPAM de sua caixa de correio.

### **Com relação a computadores transportáveis**

É importante que cuidados especiais sejam tomados com o objetivo de evitar a exposição ou furto de informação ou recurso de processamento da informação.

Notebooks, palmtops, laptops, telefones celulares e outros dispositivos móveis trazidos de fora, com interface para computador, devem ser verificados pela DGTEC antes de serem conectados à rede. A ausência desta verificação pode colocar a rede do Tribunal em situação de risco.

### **Dentro e fora do TJERJ:**

-  Aja com cautela na transferência de arquivos da internet;
-  Não abra anexos de mensagens de correio a menos que você saiba do que se trata, mesmo que pareça vir de um amigo ou alguém que você conheça;
-  Procure digitar em seu navegador o endereço desejado sem utilizar endereços em páginas de terceiros ou recebidos por e-mail ;
-  Realize transações somente em sites de instituições confiáveis;
-  Certifique-se de que o endereço apresentado em seu navegador corresponde ao site que você realmente quer acessar.
-  Não acesse sites de comércio eletrônico ou Internet Banking por meio de computadores de terceiros e

 Verifique seus extratos de conta corrente e cartão de crédito regularmente.

### **DESTAQUES DO ATO NORMATIVO 03/2005**

 O desenvolvimento ou implantação de qualquer sistema ou aplicativo que utilize recursos computacionais da rede corporativa, somente poderá ser feito pela DGTEC.

 Os recursos computacionais disponíveis no âmbito da rede corporativa têm por finalidade as atividades precípuas do TJERJ, sendo de propriedade deste E. Tribunal, não devendo ser utilizados para outro fim.

 O login (nome de usuário) e respectiva senha serão atribuídos a um único usuário, de forma individual e intransferível.

 Os usuários serão responsabilizados por todos os acessos e atividades desenvolvidas através do seu login, inclusive por eventuais danos decorrentes de sua má utilização.

 É vedada a apropriação de login e senha de outros usuários.

 Os casos de mudança de lotação, afastamento e retorno de usuários deverão ser comunicados à DGTEC pelo órgão competente pela administração destes, através da abertura de ordem de serviço.

 É vedada a instalação ou desinstalação de recursos computacionais de qualquer procedência, na rede corporativa do TJERJ, sem a prévia autorização da DGTEC.

 É vedado o acesso a sites da internet de conteúdo não autorizado, comunicação através de webmail e salas de bate-papo (chats) além de recursos do tipo FTP, ICQ e programas de cópia de arquivos (download) ponto a ponto (Ex.: Kazaa, Gnutella, Imesh, Morpheus).

 Os acessos à internet são passíveis de monitoração e identificação quanto a login, endereço da máquina do usuário e site acessado.

 As caixas postais de correio eletrônico são de propriedade do TJERJ, passíveis de monitoração pela DGTEC.

 Convém que o encaminhamento de uma mesma mensagem de correio eletrônico para várias caixas postais, simultaneamente, seja feito através de cópia oculta ou listas de distribuição.

 É vedado remover ou desabilitar softwares de controle e remoção de softwares maliciosos, licenciados para a rede corporativa, bem como instalar qualquer outro não licenciado pelo TJERJ.

O Ato Normativo 03/2005 versa sobre as normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. >>> [Leia mais...](#)

## MAIORIDADE PENAL

Antes de penetrar no exame do tema, e para não ser meramente repetitivo, gostaríamos de formular a seguinte pergunta: a redução da idade da responsabilidade penal vai resolver o problema do crime? A resposta a essa indagação não merece muitas considerações, pois é claro que a violência e o crime organizado continuarão florescendo independentemente dessa providência de caráter nitidamente político.



Basta ler o noticiário da imprensa. Todos sabemos que a participação de menores nessa área da criminalidade é meramente pontual, como o do triste episódio do menino-mártir arrastado pelo carro dos assaltantes em fuga.

Mas enquanto se arvora a redução da maioridade penal como fator de diminuição da criminalidade, a guerra nas ruas continua no Rio de Janeiro e nas grandes cidades brasileiras como se estivéssemos em Bagdá.

A utilização de menores para práticas delituosas tem previsão no Código Penal, (artigos 65, inciso I e 115 e na Lei 6368/76) e não é a redução da idade que vai resolver o problema. Até porque, para continuar raciocinando assim, bastaria que os criminosos fossem reduzindo à idade dos menores infratores, em razão dos limites legais, para continuarem perseguindo os seus objetivos.

Então a quem interessa essa redução que nada tem a ver com a tradição do nosso sistema jurídico penal?

Os mesmos motivos que indicaram os 18 anos previstos na legislação penal brasileira, continuam íntegros.

A visão do Estado diante das crianças há de ser sempre, conforme princípio constitucional, assistencialista. Mas se há menores incorrigíveis e psicopatas, para esses, porque são casos esporádicos, há de se tornar a legislação mais flexível como aliás os especialistas já vêm propondo perante o Congresso Nacional. Muito recentemente o nosso juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Guaracy Viana, encaminhou proposta nesse sentido, aumentando o prazo de internação. Eu iria até além, submetido o menor a exame criminológico e constatada as anomalias a que nos referimos anteriormente, atingida a idade limite o menor infrator devia ser encaminhado aos estabelecimentos penais que tratam do cumprimento das penas.

Releva notar, ainda, que a preocupação do legislador brasileiro com o veio assistencialista, remonta há décadas muito anteriores, quando o menor até aos 21 anos de idade continuava recebendo do Estado tratamento diferenciado (artigo 262 do Código de Processo Penal).

Ao invés de pleitear a redução da maioridade penal melhor seria se os esforços fossem desviados para os investimentos na educação, na geração de empregos, na redução das diferenças sociais, e, sobretudo, no aparelhamento do Estado para cuidar e recuperar os menores infratores.

Há muito o que fazer nessas áreas. Portanto, mãos à obra.

[Retorna à página inicial](#)

**Des. Manoel Carpena Amorim**

**Presidente da Associação Nacional de Desembargadores**

# Museu da Justiça

## PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL & VISUAL DO PODER JUDICIÁRIO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUSEU DA JUSTIÇA  
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Entrevista n.º: 40 (1)  
Data: 17 de maio de 1999.  
Duração: 43 minutos.

Entrevistado: **João Luiz Duboc Pinaud**  
Profissão: Advogado

### Entrevistadores:

Entrevistador 1: Luiz César de A. Bittencourt Silva Desembargador.  
Entrevistador 2: Jorge Luís Rocha Historiador

### "Biografia"

Nascido em 31 de janeiro de 1931, na cidade de Niterói. Estado do Rio de Janeiro. Formado em Direito pela antiga Faculdade de Direito de Niterói, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Aposentado da magistratura e do magistério pelo AI-5. Ex-Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva.

### Entrevista - Trechos Escolhidos

(...)

E2: O que o levou a se interessar pelo Direito?

João Luiz Duboc Pinaud: A família. Acho que meu pai, a figura do meu pai quer dizer. Eu nasci, fui para Bom Jardim no interior do Estado do Rio. Meu pai era juiz lá e eu achava aquilo uma coisa muito mágica. O juiz era assim uma figura com uma missão. As pessoas cumprimentavam na rua, tomavam a bênção. Aquele homem austero. Eu fui envolvido então. Era



uma coisa assim quase de santidade do juiz. Isso me marcou muito. Inclusive lembro, na minha infância, fui caçula de nove filhos. Meus irmãos eram advogados. Todos voltados para o Direito. Não se podia nem fazer brincadeira a respeito da Justiça. Brincar: “- Juiz ladrão!” Isso era uma coisa impensável. Então, acho que foi a figura do meu pai, uma figura assim muito paradigmática e tal, mas me marcou.

**E1:** Seu pai (2) foi uma das grandes figuras da Magistratura do antigo Estado do Rio. Ele foi presidente do Tribunal de Justiça e "instaurador" da Comarca de Duque de Caxias. V. Ex.a. era muito jovem mas, tem alguma lembrança disso?

**JLDP:** Tenho. Inclusive eu acompanhava meu pai naquele período turbulento, onde havia a figura do Tenório Cavalcante. Aquela coisa: “a baixada como um símbolo de violência.” (...) Papai era juiz criminal em São João de Meriti e Caxias. Ele instalou a Comarca de Duque de Caxias. E, lá no fórum de Duque de Caxias - eu fui verificar a documentação -, há um discurso dele, na instalação, sobre a importância do Ato Judicial como um ato histórico. As pessoas deveriam ter a compreensão de que, trabalhando com a Justiça em qualquer ato judicial, elas estariam praticando um ato histórico...

(...)

**E1:** Fale das comarcas.

**JLDP:** As comarcas... Eu comecei em Duas Barras, onde meu pai havia sido juiz também. Aliás, lá o escrivão me deu um livro para encerrar... Eu assinei e ele disse o seguinte: “- O Sr. me permita, mas está cometendo uma falha profissional. O Sr. está encerrando um livro sem ver o termo de abertura.” Quando fui ver o termo de abertura era do meu pai... Depois de Duas Barras fui para Araruama. Fui juiz titular muito tempo em Araruama. Foi um período de muito estudo, muito trabalho. Tive a sensação do poder social do juiz. Quer dizer, de como o juiz é respeitado pela comunidade. Morava lá com os meus filhos. Achava que era grande a possibilidade de atuar porque você recebia a resposta da população, a confiança. Era um juizado de paz interessante. (...) As pessoas visitavam, perguntavam, respeitavam. Foi um período assim muito valioso. Depois fui para Maricá, quando eu fui alcançado pelo AI-5. Fui afastado, primeiro, como professor da universidade. Era professor de Teoria do Estado. Tinha feito o concurso para livre-docente naquela efervescência do Regime Militar... Eu era professor e, curiosamente, consegui separar muito as minhas posições. Como juiz era muito legalista, formalista.

(...)

**E1:** E o julgamento de Che Guevara?

**JLDP:** (Risos.) Foi o seguinte: eu lecionava e eu achava... O Gastão Bacelar diz que a razão humana deve ser o elemento da turbulência e da agressividade... Quer dizer, segundo

Bacelar, a verdade não é fruto da simpatia, senão da discussão. Eu achava que, como professor, tinha que exercer um trabalho crítico e fazia. A minha matéria conspirava para isso porque era Teoria do Estado: eu examinava poder. Juro que, quando se instaurou o Movimento Militar de 64, o tema do meu programa não havia sido inventado por mim. Era Poder, estudo do Poder. Então, eu fiz um estudo das formas do Poder Legítimo e do Poder Ilegítimo, o Poder Arbitrário. Minhas aulas eram muito concorridas pelos órgãos de Informação. (Risos.) Depois fui dar aulas de Direito Internacional Público substituindo um colega. Eu achei que, para motivar a turma, seria interessante uma questão internacional ou o problema do Che Guevara que estava na Bolívia. Eu tinha um aluno que era jornalista e aquilo teve uma repercussão na imprensa. Os serviços de repressão impediram que se realizasse o júri. Era um trabalho escolar numa aula sonolenta de oito horas da manhã. Aquilo se transformou em um acontecimento nacional. Hoje vejo assim, mas naquela época não sentia assim. Uma vez, conversando com o maestro José Siqueira - que saiu no mesmo Ato que eu - ele me contou que, quando estava para ser caçado, procurou o José Américo de Almeida e ele disse: "- Esses militares não vão se segurar. Eles estão prendendo os repentistas do Recife. Eles estão muito fracos." E disse ele: "- Isso é como uma onda. Você mergulha, deixa ela passar por cima." Mas, na época, não tinha essa percepção e aquele julgamento do Guevara foi uma coisa assim... Que noticiário!

E1: Foi absolvido?

JLDP: Ele foi absolvido... Eles não perdoaram. E, para mal dos pecados, o Hélio Fernandes (...) fez um comentário sobre aquele julgamento. Aquilo bastou para deflagrar uma série de investigações. Aquilo, à época, me assustou porque era aquela questão do pesquisador universitário que vive para os seus alunos estudando, lendo matérias, esse negócio todo. Aí começou a investigação... Me informaram que no Estado do Rio havia muitos cruzamentos de denúncias. Eu fui considerado, à época, subversivo. Fui aposentado como professor e, meses depois, como juiz. E o pior período da minha vida, Luiz César, foi o período que eu fiquei como juiz. Eu já tinha sido caçado na Universidade Federal e era juiz em Maricá. Eu ia fazer uma audiência, vinha um advogado e eu olhava a maneira pela qual ele se dirigia a mim e eu dizia assim: "- Ele sabe ou não?". Eu me lembrei de um conto de Tchekhov... Era um cara que tinha um processo e ele ali: "- Será que ele sabe, ele não sabe?"... Têm histórias incríveis a respeito disso... Esse período foi o pior para mim porque me sentia já um réu, pronto para ser preso... Aquilo foi muito angustiante.

(...)

E: V.Ex.a. foi advogar. (...) Ser advogado ou ser juiz? Eis a questão!

JLDP: Eu não fui advogado por escolha. Fui juiz por escolha. Era uma forma de reproduzir o meu pai e pela influência do meu irmão Flávio que era um grande juiz. Era uma vocação. Eu

queria entrar no esquema da família. Agora, o problema de ter sido afastado como professor e depois como juiz me jogou na advocacia. E eu reagia. Inclusive, no início tinha até dificuldades de me relacionar com clientes porque me sentia mal. Um problema ético. Era muito complicado. Encontrei muita dificuldade nesse início porque se dizia que me procurar como advogado era "enfrentar" os militares. Imagina você no período sobre a vigência do AI-5, começar uma advocacia e - por azar - nessas circunstâncias...

A primeira causa que me apareceu como advogado... Queria que fosse uma ação de despejo, uma separação amigável... Foi o MR-8! Começo com uma defesa do MR-8! (Risos.) Me aparece um cidadão: "'- Quero que o Sr. defenda o meu filho que está preso na Auditoria de marinha.'" Tentei passar para um colega famoso à época mas que teve receio de postular. Alguns advogados tinham medo de defender nas auditorias. Então eu, com todos aqueles meus pesos, aquelas minhas inseguranças, fui fazer a defesa desse cliente. Eu tive o primeiro impacto com a violência física da repressão, da tortura. O meu cliente havia sido torturado. Ele ficou 51 dias preso numa cela em pé. Foi uma dificuldade para trazê-lo até julgamento. Os réus vinham algemados para audiência. O advogado é que tinha que trazer as testemunhas. Era um clima muito opressivo. Foi uma experiência muito traumática, mas foi libertadora. Comecei como advogado defendendo uma coisa que, se pudesse escolher, não faria. Eu teria medo.

E1: Dr. João Luiz, o Sr. poderia voltar a ser juiz e optou por ser advogado. Explica isso.

JLDP: Agora estou inteiramente integrado na minha profissão. Sou advogado, me sinto advogado, atuo como advogado. Nesse contexto neoliberal com esse processo de desconstitucionalização do país, da República, esse sucateamento do Estado (...) Essa onda neoliberal que quer deslocar - me parece - o Estado, as funções do Estado, para os gabinetes, para as jogadas comerciais, para atender nesse sentido os acordos internacionais e tudo mais... Acho que o jurista e o advogado, em particular, têm função política importantíssima. Mais ainda agora que eu fui escolhido pelos colegas para presidir o Instituto dos Advogados Brasileiros, que é uma instituição de 156 anos. Ela foi fundada em 1843. Ela sempre teve um papel de relevo na vida política nacional.

Para mim, a advocacia hoje é um exercício político fortíssimo. (...) Fica para registro essa indignação que nós temos como juristas. É uma coisa curiosa! Penso que o jurista seja, em relação à violência jurídica, a ilegitimidade, como é o músico para desafinação. Você repara o músico! Ele tolera muita coisa. Até a música medíocre, mas não tolera desafinação. Como o professor de Português que não gosta dos erros de gramática. Fico agredido. Sempre que a gente tem uma chance verbaliza a indignação. Agora, na Presidência do Instituto e dispondo do melhor quadro de juristas brasileiros, há possibilidade de transformar isso em ações. Por exemplo: na questão dos aposentados designei uma comissão de constitucionalistas para ver a ilegalidade desse desconto dos aposentados e fizemos uma minuta de uma petição e distribuimos a todos advogados brasileiros. Um subsídio inicial

para que ele pudesse acionar o governo federal nesse caso, onde o IAB encontrou nove irregularidades. Com relação à CPI do Judiciário: entrei com uma ação na Justiça Federal para delimitar isso. Para fazer com que essa CPI seja feita de acordo com a Constituição Federal. Ela está sendo apresentada como um espetáculo circense. Acho gravíssimo porque está desqualificando o Judiciário como Instituição e isso é grave.

(...)

E2: Ex.a., voltando ao período em década de 80, quando do final do Regime Militar, ocorreram diversos atentados - inclusive contra a OAB, a Câmara Municipal do Rio. Na época, o Sr. advogava. Como advogado o Sr. viu essas ações?

JLDP: É o caso da Lídia Monteiro que morreu, do vereador. Era a forma da repressão militar se fazer presente. Hoje você poderia fazer uma comparação entre o período atual... Aquela época era uma violência política que se assumia como tal. Era um regime violento que assumia a sua violência. Violência física, psicológica, tortura, prisão, perseguição... Acredito que fui alcançado e talvez tivesse na linha infante-juvenil das vítimas... A minha geração foi uma geração mutilada intelectualmente, mas fomos nós - os que foram afastados do Magistério, da Magistratura - que sofreram menos em relação ao sofrimento dos outros que foram perseguidos, torturados, mortos. Isso foi muito grave. Essa violência tem outra sofisticação. Ela defende um pensamento único. Ela esvazia, desqualifica os opositores. Ela não instaura a discussão pública diante dos grandes problemas nacionais. Naquela época isso era uma violência. Todos nós lutávamos contra isso. No caso da explosão, a OAB tinha uma função muito aguerrida em defesa de direitos humanos. Aquilo desagradava muito. Aquilo era incômodo. O próprio exercício da Advocacia era incômodo. Como era incômodo à autoridade qualquer espaço político como o júri popular. O júri era o espaço político de liberdade, de contestação, de discussão, de questionamento, da liberdade, dos excessos... Corria digamos - um discurso fora do poder dentro do espaço do Tribunal do Júri.

E2: Ainda sobre esse período, qual sua lembrança do relacionamento da Magistratura com as autoridades militares?

JLDP: Essa questão foi um dos motivos pelos quais me afastei. Pedi a aposentadoria da Magistratura depois de ter sido anistiado porque a Lei da Anistia me alcançou. Voltei à Magistratura e lá diziam assim: "- Processo número tal." Mas não havia processo contra esses professores e juízes, nenhum processo. Era um protocolo; eram denúncias; era uma história horrorosa. E nessa coisa havia uma... O Manes (3) teve uma posição de uma correção, de uma dignidade, de um sentido de respeito aos que haviam sido caçados. Eu consegui ver o dossiê que tinham contra mim. Era uma coisa estarrecedora, um absurdo.

(...)

E2: V. Ex.a. também é escritor e participou de livros como **Insurreição Negra e Justiça e Globalização, Neoliberalismo e Direitos Sociais**. Pode nos falar dessa sua participação?

JLDP: Começou curiosamente depois que voltei a advogar. Fiquei onze anos afastado da vida pública. Onze anos impedido de lecionar. Onze anos impedido de judicar. Mas, não perdi meu tempo porque estudei muito. Era uma questão de escolha pessoal, de vocação, de gosto pela... como diz a Marilena Chauí... pelo exercício da razão. Nesse período sou surpreendido... É uma pessoa a quem rendo homenagem. Foi por uma indicação do Nilo Batista que fui fazer essa pesquisa na documentação cartorária do século XIX, naquela região de Vassouras. O Nilo me motivou, me deu a coordenação. Fiz a pesquisa nessa documentação com uma grande equipe. Uma equipe de historiadores. Uma equipe multidisciplinar. Levantamos os processos da escravidão em Vassouras, descobrimos coisas riquíssimas como a Ação de Juramento D'alma, ou seja, vim jurar pela sua alma se você deve ou não deve aquele dinheiro. Em suma, aquilo foi um trabalho muito importante que a OAB do Rio de Janeiro, sob a direção do Nilo Batista (4), realizou. Disso nasceu um serviço valiosíssimo que deveria ser difundido em todo Brasil e não foi. Quando Rui Barbosa - por motivos dele evidentemente, não vamos discutir intenção - determinou que a escravidão era uma nódoa, era uma infâmia, e se deveria queimar todos os documentos, ele prestou um serviço à boa sensibilidade burguesa da elite. Mas prestou um desserviço à História porque queimou a documentação. Seria como queimar a documentação do Nazismo, do Holocausto. Nós caímos naquele negócio do Goethe (5) que diz que se você esquecer o passado, você comete o erro de repeti-lo. Você tem que conhecer. Foi um erro. Esse trabalho da OAB que o Nilo criou - foi criação do Nilo - foi muito útil como resgate de uma documentação que se perderia. Já estava perdida, corroída. Se fez e se publicou esse livro: **Insurreição Negra e Justiça**. Era uma primeira abordagem antropológica. Naquela pesquisa a equipe detectou um processo de insurreição. Eu nunca tinha visto aquilo. Era o em torno dos quilombolas que fugiram de uma fazenda, em 1838, liderados por Manoel Congo. Encontrar aquele documento e pesquisá-lo foi fantástico. Uma editora se interessou e nós fizemos esse livro que tem também a transcrição do processo com vários estudos. Uma abordagem histórica, jurídica, sociológica de vários autores. Foi um trabalho importante que depois, a pedido do mesmo editor, nasceu um romance intitulado **Malvados Mortos...** Daria para se pensar num outro tipo de problema: o da abordagem científica e da abordagem estética. Tinha passado muito tempo pesquisando a questão da escravidão, daquele processo especificamente, com uma equipe valiosíssima. No dia do lançamento do livro, andando por Vassouras, pensei assim: onde foi enforcado Manoel Congo? Como era o enforcamento? Como era o ritual do enforcamento? Depois de tanto tempo estudando aquilo tinham tantos vazios. Coisas que você não sabia dizer. A detecção histórica daquilo era tão periférica. Em função daquilo resolvi ficar em Vassouras e comecei

a ouvir as pessoas. Encontrei sobreviventes lá. Até descobrir como era feito o ritual do enforcamento do escravo. Nasceu esse romance que é **Malvados Mortos** que foi transformado num vídeo com aquele grande ator, Milton Gonçalves. Um trabalho de Dermeval Coutinho Neto. Um trabalho bonito.

E2: O que pensa sobre a Justiça Militar?

JLDP: A Justiça Militar tem a função específica de reprimir. Geralmente ela é um instrumento de Poder. A minha experiência com a Justiça Militar foi muito... uma coisa monolítica. Nessa auditoria de marinha, os juízes não ficavam muito tempo porque qualquer hesitação em relação ao condenado, hesitação condenatória, eles eram imediatamente afastados. Eu me lembro que entre os... julgadores havia um oficial negro. Pensei, numa visão ingênua: "- Olha ali está um oficial negro. Ele deve sentir o sabor da opressão, da discriminação. Ele vai ser equânime. Ele vai entender que esses jovens do MR-8 estavam tentando um salto qualitativo. Depois fui informado: ele era um dos mais terríveis opressores (...) ele tinha introjetado a linguagem do Poder. Agora, uma crítica, inclusive pela supressão da Justiça Militar. Digo que o desempenho que ela teve na repressão foi um desempenho do Poder. Embora tivessem grandes... Tudo é dialético... como o Bierrenbach (6) e outros juízes. O progresso da humanidade se dá nisso: é a tese e a antítese. Essa questão da supressão da Justiça Militar, hoje, vejo com muita cautela porque acho que ela tem que ser examinada num contexto em relação ao Judiciário e não só da Justiça Militar. É grave.

(...)

E2: Com toda essa experiência, o que o Sr. pensa do Tribunal de Júri?

JLDP: Acho que é... Não sei. Talvez não seja nem uma opinião válida, mas uma impressão. Eu era filho do juiz. Era um garoto com oito, seis anos. Assistia da ante-sala meu pai presidir julgamentos. Aquilo era, para mim, uma coisa mágica. Descobri que o Júri era uma peça de teatro cujo roteiro estava sendo escrito ali na hora. Foi uma coisa interessante porque depois fui advogado criminal muito tempo em Campos, Friburgo; vários lugares do Estado do Rio. Até fora do Estado do Rio... Acre! Vários lugares. Acho que defendi em muitos lugares. Não me lembro mais. Mas, sempre me impressionei pelo seguinte: se o Júri avançasse pela madrugada, a população da cidade estaria assistindo e, aquela mágica do julgamento, a dramaticidade natural. Acho que o Júri tem uma conexão muito profunda com a comunidade... Não sei se porque como advogado vivi o Júri no período da repressão. O Júri era um espaço de democracia. Era onde você exercia a crítica até das instituições, da lei, dos excessos, do arbítrio, da prisão violenta, do crime. Era o Júri onde você era maior que o juiz. Você era maior que o promotor. Você era maior que o Poder Militar. Você tinha assim um alvará de soltura naquele momento da tribuna. Acho que o Júri é uma expressão democrática e os mesmos defeitos que usam pela supressão do Júri afetam o juizado

técnico do mesmo modo. A falibilidade do juizado técnico.

(...)

(1) Ficha técnica da entrevista: Gravação de vídeo: Yamara Narcizo (Funcionária terceirizada); Gravação de áudio, Levantamento de dados e Roteiro: Jorge L. Rocha; Transcrição: Adeir B. Lemos (Funcionária); Revisão: Pedro P. Moreira (Funcionário); Revisão final: Jorge L. Rocha.

(2) Miguel Luiz Pinaud (1897-1973): iniciou a magistratura em cinco de fevereiro de 1931, na Comarca de Duas Barras. Posteriormente passou por Bom Jardim; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Duque de Caxias e Niterói. Foi promovido a desembargador em 19/09/1957. Tornou-se presidente do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro em 1962 e foi Governador do estado no período de 11 a 15 de setembro daquele ano e em 18 de janeiro do seguinte. Aposentou-se em 24/02/1965.

(3) Humberto de Mendonça Manes: presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no biênio 1999-2000.

(4) Nilo Batista foi presidente da OAB-RJ no biênio 1985-86.

(5) Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), escritor, cientista e filósofo alemão.

(6) Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, ministro do STM.

#### ERRATA

Informativo Interação nº 07 - jan/fev 2007. Na matéria intitulada " DGSEI REALIZA CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO ACERCA DE PRECAUÇÕES QUE DEVEMOS ADOTAR PARA A SEGURANÇA EM NOSSAS RESIDÊNCIAS" , na linha 3, do parágrafo 4º , onde se lê "contração de mão-de obra", leia-se "contratação de mão-de-obra".

[Retorna à página inicial](#)